RELATÓRIO REGIONAL
DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2025

SÍNTESE

SOB PRESSÃO

Recalibrando o Futuro do Desenvolvimento na América Latina e no Caribe

Copyright @ 2025
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem permissão prévia.

Declarações gerais de exoneração de responsabilidade. As designações utilizadas e a apresentação do material desta publicação não constituem a expressão de qualquer opinião por parte do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe (RBLAC) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, nem das respetivas autoridades, nem a respeito da delimitação das respetivas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas, para as quais podem ainda não haver um consenso.

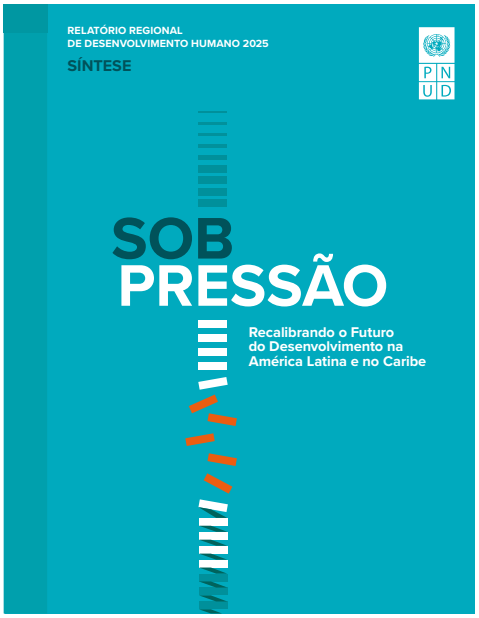
As conclusões, análises e recomendações do Relatório, à semelhança dos anteriores Relatórios, não representam a posição oficial do PNUD nem de qualquer dos Estados-Membros da ONU que integram o seu Conselho Executivo. Não são, ademais, necessariamente subscritas pelas pessoas citadas ou mencionadas nos agradecimentos.

A referência a empresas específicas não implica que sejam apoiadas nem recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de índole equiparável não mencionadas.

Alguns dos números que constam da parte analítica do relatório foram, nos casos em que tal é indicado, estimados pelo RBLAC ou por outros contribuidores para o Relatório e não constituem, necessariamente, as estatísticas oficiais do país, da área ou do território em causa, que poderá recorrer a métodos alternativos. Todos os números que constam do Relatório provêm de fontes oficiais. O RBLAC tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações que constam da presente publicação. Ainda, o material publicado é distribuído sem qualquer garantia de índole alguma, explícita ou implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material incumbe ao/à leitor(a). Em caso algum o RBLAC e o PNUD serão responsáveis por prejuízos decorrentes da sua utilização.

As contribuições identificadas pelo nome do autor em caixas e destaques representam as opiniões dos autores e resultam de uma investigação independente da sua responsabilidade. Não representam necessariamente a posição ou as opiniões do RBLAC ou do PNUD. Quaisquer erros ou omissões são da responsabilidade dos respetivos autores. As contribuições em apreço são apresentadas no relatório para estimular o debate e incentivar um diálogo aprofundado entre investigadores e decisores.



Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe 2025

RELATÓRIO REGIONAL
DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2025

SÍNTESE

Sob Pressão

Recalibrando o Futuro do Desenvolvimento na América Latina e no Caribe

Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe 2025

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Achim Steiner
Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Escritório Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe

Michelle Muschett
Secretária-Geral Adjunta e Diretora Regional para a América Latina e o Caribe

María del Carmen Sacasa
Diretora Regional Adjunta para a América Latina e o Caribe

Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe Equipe de 2025

Autora principal
Almudena Fernández
Economista-Chefe para a América Latina e o Caribe

Equipe ODS e de Política de Desenvolvimento
Rodrigo Barraza
Enrique Crespo
Ana Carolina Díaz
Camila Olate
Irma Ovelar
Ana Pirela
Santiago Rodríguez

Prólogo

A América Latina e o Caribe (ALC) têm experimentado avanços notáveis em matéria de desenvolvimento: os níveis de pobreza mais baixos registrados até hoje, uma população dinâmica e comprometida, sistemas democráticos que, apesar das tensões, têm perdurado em grande medida; e uma extraordinária diversidade cultural e biológica, demonstrando capacidade de adaptação e sinais claros de inovação.

No entanto, esse avanço em seu desenvolvimento está sujeito a várias pressões.

Após décadas de avanços sustentados, o desenvolvimento humano da região desacelerou. A pandemia da COVID-19 marcou um ponto de inflexão crítico, interrompendo a trajetória de desenvolvimento da região e revelando a profundidade de suas vulnerabilidades estruturais, evidenciando a fragilidade das conquistas das últimas décadas. A forma como o desenvolvimento humano foi construído na ALC demonstrou ser pouco resistente às crises. Quando estas ocorrem, as estruturas que sustentam o desenvolvimento enfraquecem.

Atualmente, a região navega por um rumo definido pela incerteza. O desenvolvimento está sujeito a pressões combinadas: a rápida evolução das tecnologias, a crescente fragmentação social e um clima cada vez mais instável. O conjunto dessas pressões põe à prova os limites dos modelos de desenvolvimento existentes.

A incerteza não é mais a exceção, é a nova normalidade. A incerteza traz riscos, mas também oportunidades. Aprender a agir e prosperar em meio à incerteza é a mensagem central deste relatório.

"Sob pressão: Recalibrando o futuro do desenvolvimento na América Latina e no Caribe" faz um balanço da situação atual da região e de seus rumos futuros. Elaborado por meio de um amplo processo de consultas, o relatório reúne diversas perspectivas de atores que desempenham um papel no desenvolvimento da região. Além disso, baseia-se em análises formuladas nos recentes Relatórios sobre Desenvolvimento Humano Global — desigualdade, Antropoceno, incerteza, polarização e inteligência artificial —, ao mesmo tempo em que aproxima esses temas das realidades da ALC. Por outro lado, complementa as análises desses relatórios, oferecendo não apenas um diagnóstico, mas uma visão compartilhada para o futuro do desenvolvimento na região.

E nos deixa uma mensagem clara: mais do mesmo não será suficiente.

O que a região precisa não é apenas uma mudança de rumo, mas um novo manual de estratégias. Um que aceite a complexidade em vez de resistir a ela. Um que reconheça que os instrumentos, as instituições e a infraestrutura que nos trouxeram até aqui não serão suficientes para continuar avançando. E um que coloque o desenvolvimento humano resiliente — baseado na capacidade de ação, na inclusão e na capacidade das pessoas de forjar seu futuro — no centro da agenda regional.

Isso não é um apelo ao desespero. É um apelo para recalibrar. Para passar de reativos a proativos. Para liberar a pressão, dotando as sociedades de ferramentas para navegar pela incerteza, projetando instituições que se adaptem a contextos em mudança e investindo na capacidade das comunidades de imaginar e construir futuros melhores.

Este Relatório não apenas reflete os desafios atuais, mas também apresenta uma proposta promissora: a pressão pode ser um catalisador para a ação e, embora o desenvolvimento humano continue sendo nosso norte, a forma de alcançá-lo deve se adaptar aos tempos. Em uma era marcada pela incerteza, a resiliência deve estar no centro do desenvolvimento humano na ALC.

Em um ano que marca o 60º aniversário do PNUD, o presente Relatório reafirma nosso compromisso permanente com o desenvolvimento humano na América Latina e no Caribe. Ele reflete os esforços constantes do PNUD para se manter na vanguarda do debate público, da inovação em políticas e da cooperação multilateral, oferecendo ideias ousadas e caminhos pragmáticos em uma época de mudanças globais. E, como sempre, colocando no centro o desenvolvimento humano, a justiça social e o bem-estar do planeta.

Achim Steiner
Administrador
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento

Prólogo

A América Latina e o Caribe (ALC) possuem um potencial único para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nossa região abriga culturas vibrantes e diversas, uma biodiversidade extraordinária e reservas abundantes de energia limpa e minerais estratégicos. Sua população jovem e seu ecossistema empreendedor estão gerando soluções tecnológicas para enfrentar os desafios sociais e ambientais urgentes. Apesar dos importantes obstáculos, a região continua demonstrando uma firme vocação pela paz, pela governança democrática e pela inovação social.

A despeito desse potencial, os efeitos da volatilidade econômica global, as tensões geopolíticas e a aceleração das mudanças tecnológicas e sociais agregam-se na região às vulnerabilidades estruturais profundamente enraizadas, altos níveis de incerteza e uma exposição crescente a choques cada mais frequentes, intensos e interconectados. Esses fatores, agravados por desafios de governança e capacidade institucional insuficiente para responder a crises emergentes, estão colocando em risco os avanços em matéria de desenvolvimento que a região conquistou com tanto esforço.

Os avanços importantes, embora desiguais, da América Latina e do Caribe em desenvolvimento humano, redução da pobreza, consolidação democrática e crescimento econômico alcançados nas últimas décadas começaram a estagnar mesmo antes da pandemia da COVID-19, evidenciando uma trajetória de desenvolvimento vulnerável que não está mais conseguindo se adaptar a um contexto em transformação.

Reconhecendo a intensa pressão que este contexto exerce sobre os tomadores de decisão e o fato de que fazer mais do mesmo já não é suficiente, estruturamos este Relatório a partir de uma pergunta fundamental: o que é necessário para que a região aproveite plenamente seu imenso potencial e transforme a pressão em um catalisador para redefinir sua trajetória de desenvolvimento? A resposta é complexa, pois pessoas, sociedades, mercados e instituições enfrentam diferentes graus de pressão, agravados por um sentimento generalizado de incerteza sobre o futuro e sua capacidade de enfrentá-lo. Quando a incerteza enfraquece a capacidade de uma sociedade de imaginar um futuro com esperança e agir nessa perspectiva, compromete-se a própria essência do desenvolvimento humano: a liberdade e a agência.

Essa dupla natureza da pressão — como obstáculo e como potencial — nos levou a situar o conceito de **resiliência** como elemento central e diferenciador da agenda para o desenvolvimento humano. Retomando os conceitos apresentados em relatórios anteriores sobre desenvolvimento humano do PNUD, como desenvolvimento humano, segurança humana e agência, este Relatório dá um passo adiante e propõe um conceito prospectivo de **Desenvolvimento Humano Resiliente**, como um habilitador da agência e um protetor das liberdades efetivas das pessoas; e também como um roteiro para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

Embora a incerteza não possa ser totalmente eliminada, é possível prosperar em meio a ela, desde que as pessoas tenham a certeza de que existem mecanismos para enfrentar as adversidades e que é possível se recuperar e avançar. Colocar o desenvolvimento humano resiliente como elemento central das agendas públicas e das estratégias de desenvolvimento abre o caminho para soluções inovadoras e específicas ao contexto da ALC, que permitam às pessoas construir ou reconstruir de forma criativa vidas valiosas em resposta a contextos em mudança, inspirando a ação coletiva e impulsionando um progresso verdadeiramente significativo.

Além de oferecer um enfoque conceitual sólido e rigoroso, este Relatório foi elaborado para servir como um recurso prático para apoiar a região, seu povo e seus tomadores de decisão na tarefa de navegar em tempos incertos, recalibrando instituições, infraestrutura e instrumentos, alinhando-os com a urgência dos desafios mais prementes da atualidade e com soluções igualmente ousadas. É um convite para aproveitar esta oportunidade e reimaginar um futuro cheio de possibilidades; para forjar alianças corajosas e inspirar uma ação coletiva que envolva governos, sociedade civil, academia, setor privado e instituições multilaterais e, assim, juntos, cumprir a promessa de um desenvolvimento humano resiliente na América Latina e no Caribe.

Michelle Muschett
Secretária-Geral Adjunta e Diretora Regional para a América Latina e o Caribe
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer o generoso apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), cujas décadas de dedicação para com este relatório constituíram uma contribuição fundamental para o desenvolvimento humano na América Latina e no Caribe (ALC). Reconhecemos, em especial, a contribuição de Antón Leis, Laura Oroz, Blanca Yañéz Minondo e Mónica Fernández Sánchez, pela dedicação consistente e por expressarem o espírito da cooperação internacional que apoia este projeto.

A equipe de redação está imensamente grata à Achim Steiner, Administrador do PNUD; Michelle Muschett, Diretora Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe, María del Carmen Sacasa, Diretora Regional Adjunta, e Linda Maguire, ex-Diretora Regional Adjunta, pela liderança e orientação durante o processo de desenvolvimento do presente documento. A sua confiança constante na nossa equipe, em conjunto com as suas perspetivas e profundos conhecimentos sobre o contexto regional, foram instrumentais para moldar a base conceitual do presente relatório, bem como o processo para a sua elaboração e consulta. Talvez, o mais importante, o seu firme compromisso com o progresso do desenvolvimento na ALC foi uma luz orientadora para assegurar a respetiva relevância para as pessoas que busca servir. Queremos agradecer, em especial, pelo espaço seguro e colaborativo que criaram, e por incentivarem a nossa curiosidade e criatividade durante todo o processo.

Desde o início, o nosso Conselho Consultivo entregou uma expertise inestimável, assegurando que o conteúdo deste relatório permanecesse relevante, com visão de futuro e com base em realidades regionais. O nosso grande agradecimento a cada membro do Conselho pelo seu compromisso continuo: Alberto Arenas, Sir Hilary Beckles, Kevin Casas-Zamora, Rebecca Bill Chavez, Sergio Díaz-Granados, Jessica Faieta, Verónica Frisancho, Antón Leis, Luis Felipe López-Calva, Carlos Malamud, Ángel Melguizo, Laura Oroz, Érika Rodríguez Pinzón, José Manuel Salazar e José Antonio Sanahuja.

Estamos imensamente gratos aos nossos amigos e fiéis consultores, Pedro Conceição, Pablo Gago, George Gray Molina, Luis Felipe López-Calva, Magdy Martinez-Soliman, Juan Carlos Roldán e Heriberto Tapia, os quais, em um gesto de enorme generosidade, ofereceram o seu tempo e conhecimentos para nos ajudar a pensar e a validar ideias durante este processo. Os seus conselhos ponderados, e envolvimento dedicado, especialmente durante fases críticas do processo de redação, deixaram uma marca duradoura nas ideias e narrativa aqui apresentadas.

Também agradecemos aos especialistas globais que, embora não tenham feito formalmente parte do Conselho, contribuíram ativamente para este projeto graças ao seu forte compromisso com a região: Gustavo Béliz, Mauricio Cárdenas, Laura Chinchilla, Isabel de Saint Malo, Alma Espino, James Foster, Stella Hartinger, Juan Infante-Amate, Santiago Levy, Mónica Orozco, Eric Parrado, Marcela Ríos e Carlos Scartascini.

Também gostaríamos de deixar uma menção especial a Ricardo Fuentes-Nieva, cuja orientação nos ajudou a elaborar a narrativa desde as fases iniciais, mesmo antes de ser chamada versão preliminar. A sua capacidade de visualizar a história antes de ser totalmente escrita foi fundamental para moldar a sua direção. Também estamos imensamente gratos a María José Abud e a Adriana Conconi por suas importantes contribuições para a redação e revisão de capítulos e materiais de apoio. Também queremos agradecer aos nossos estagiários, Carolina de Boeck, David Morales Olalla e Sebastián Vega, por seu apoio rigoroso e entusiástico ao longo de todo o processo, desde a produção de gráficos à redação e revisão do texto.

Queremos dar o reconhecimento aos autores dos documentos de apoio cujas importantes contribuições ajudaram a informar as conclusões e recomendações aqui apresentadas. Temos o privilégio de ter tido acesso aos conhecimentos de especialistas, incluindo Sabina Alkire, Azucena Cháidez, Lucia Dammert, Salomé Ecker, Gemma Galdón-Glavell, David Khoudour, Allan Lavell, Amir Lebdioui, Sandra Martínez-Aguilar, Ángel Melguizo, Matías Morales Cerda, Victor Muñoz, Eduardo Ortíz-Juarez, Carolina Sampó, Edgar Valle Álvarez, Mariana Viollaz e Carol Watson-Williams.

Os Representantes Residentes do PNUD na América Latina e o Caribe merecem um agradecimento especial, cuja visão política, valiosas contribuições durante as consultas e apoio constante, especialmente facilitando a colaboração com os escritórios de seus países, enriqueceram bastante o nosso trabalho. Um agradecimento especial ao escritório no México, especialmente a Lorenzo Jiménez, Representante Residente, por receber a nossa equipe de especialistas para o Segundo Workshop de Coautores, assim como a Óscar Cárdenas, Georgina Siqueiros e Daniela Vallarino por seu valioso apoio na coordenação deste evento.

Também queremos estender o nosso agradecimento aos colegas dos gabinetes nacionais do PNUD, que apoiaram os esforços locais de investigação, elaboraram ensaios, fizeram comentários sobre as constatações, realizaram entrevistam em campo, participaram de workshops e contribuíram com dados importantes que aprofundaram a nossa compreensão de como os temas do relatório estavam em concordância com seus contextos nacionais: Gabriela Catterberg, María

Eugenia López, María Verónica Moreno, Lorena Moscovich, Agustina Moschini, Julieta Mulki, Noelia Oliveri, Patricio Yamin, María Eugenia Di Paola, Matías Mottet (Argentina); Fernando Aramayo, Patricia Choque, Nelly García, Milenka Ocampo, Alberto Saavedra, Diego Suárez (Bolívia); Betina Barbosa, Thais Delarisse (Brasil); Rocío Berwart, Javiera Troncoso, Rodrigo Herrera, Vicente Silva, Matías Retamales, Maya Zilveti (Chile); Jaime Urrego (Colômbia); Randall Brenes (Costa Rica); Dariadna Barrios Tabares, Marta Rosa Muñoz Campos, Leyner Javier Ortiz Betancourt, Arianna Rodríguez García, Aymara Hernández Morales, Gricel Acosta, Ricardo Núñez, Jessica León (Cuba); Fernando Pachano y Alejandra Peña (Equador); María José Erazo, Jessica González, Gabriela González, Carolina Molina Medina, Laura Rivera, Eduardo Alas, Rafael Pleitez, Víctor Tablas (El Salvador); Elías Miguel Ahuat, Javier Brolo, Juan Roberto Hernández, Alejandra Horjales, Ana Gabriela de León, Carlos Mazariegos, Shabnam Sabetian, José Villagran (Guatemala); Pierre Faubert, Antione Pierre (Haiti); Gerardo Moya (Honduras); Kishan Khoday, Abby-Gale Clarke, Anthony Gordon, Jamaro Marville, Stacy-Ann Tomlinson, Danielle Tomlinson, Kimberley Wilson (Escritório Multipaís na Jamaica); Luis Cervantes, Maite García, Jesús Pacheco, Cinthya Martínez, Jorge Munguía, Gabriela Ríos (México); Aníbal Cárdenas, Jennifer Hotsko, Betty Chemier (Panamá); Gabriel Lama, Iván Lanegra, Mariana Olcese, Noam López Villanes, Camila González, Carlos de los Ríos (Peru); Sócrates Barinas Guerrero, Julio Díaz, Erika García Suárez, Sandy Ramírez, Jerson del Rosario (República Dominicana); Stefan Affonso, Alan Cooper, Gregory Smith (Trinidad e Tobago); Valentín Balderrín, Verónica Pérez-Bentancur, Rafael Piñeiro-Rodríguez, Fernando Rosenblatt, Sabrina Rodríguez, Virginia Varela (Uruguai); e Daniel Barraez (Venezuela).

Vários colegas no PNUD contribuíram com recomendações e informações importantes em diversas fases do processo, participaram de consultas e efetuaram análises dos capítulos, contribuições que ajudaram a fortalecer a qualidade e relevância do relatório. Gostaríamos de agradecer a Jairo Acuña, Juan Manuel Almanza, Gemma Aguado, Claudia Aguilar, Marta Álvarez, Corin Bailey, Ugo Blanco, Flor Bolaños, Gloria María Borrero, María Eugenia Boza, Claudia Bresanovich, María Cortes, José Cruz-Osorio, Luis Dasilva, Daniela de Los Santos, Gedion Disassa, Alison Drayton, Eileen Fábrega, María Fernández Trueba, Lyes Ferrouki, Adam Forbes, Diego Galvez, Luis Gamarra, Olivier Guillot Hidalgo, Maia Hibben, Ronald Jackson, Richard Kelly, Dylan Kerrigan, Anish Kutamballi, Sara Luaces, Gloria Manzotti, Guillermina Martin, Rodrigo Márquez, Luz Patricia Mejía Guerrero, Xavier Michon, Gianluca Merlo, Robert Opp, Alejandro Pacheco, Luqman Patel, Renata Pardo, Gayan Peiris, María Pinedo, Andrea Quesada, Sandra Racines, Érika Rodríguez, Johanna Sáenz, Javier Samper, Karin Santi, Rita Sciarra, Corrado Scognamillo, Marcela Smutt, Miguel Solana, Juliet Solomon, Katy Thompson, Luciana Trindade de Aguiar, Ivonne Urriola, Patricia Vargas, Cynthia Valdés, María Andrea Voria, Montserrat Xilotl, e Diego Zavaleta.

O nosso agradecimento especial estende-se aos nossos colegas da equipe do Escritório Regional do PNUD para a ALC, cuja colaboração foi essencial para assegurar que todas as peças se encaixassem, permitindo que o desenvolvimento deste documento decorresse com o menor número possível de problemas. Em especial, queremos reconhecer o trabalho impecável das equipes de aquisição operações, recursos humanos e administração em Nova Iorque e no Panamá, cujo apoio foi essencial na gestão de extensos processos administrativos: Vladimir Domínguez, Marco de Luca, Claudia Monzón, Graciela Basset, Clara Arango, Marcela Bernal, Lydabel Cabrera, Bélgica Camero, Ramon Chong, Mitzumari González, Silvana Gramajo-Barboni, Ingrid Lucero, Ana del Carmen Ortega, Donerys Ramos, Alba Santamaría, e Carola Schwarzbauer. Também gostaríamos de agradecer à equipe de Comunicação pelo seu entusiasmo e apoio: Sharon Grobeisen, Vanessa Hidalgo, Melina Loayza, Valeria Maduro, Carolina Moreno, Eleonora Nun, Sandra Pérez e María Gabriela Urbanc.

Também estamos gratos à equipe da Phoenix Design Aid A/S pelo seu trabalho excepcional na elaboração do fluxo editorial, design visual e tradução deste relatório. Um agradecimento muito especial a Christian Gallardo pelo seu generoso apoio e visão criativa que possibilitaram o design da capa.

Por último, mas certamente não menos importante, o nosso agradecimento à Irma Ovelar, cuja dedicação excecional e coordenação meticulosa de todos os detalhes logísticos e administrativos possibilitaram que estas páginas ganhassem vida.

O tema e as perguntas de pesquisa deste relatório foram definidos por meio de amplas consultas. Somos profundamente gratos a todas as pessoas que participaram dos diálogos e oficinas que alimentaram esse processo. Também nos baseamos de forma significativa nas contribuições da série *Graph for Thought* do PNUD, que serviu como espaço de teste e incubadora de muitas das ideias centrais que sustentam este trabalho.

Este relatório é o resultado do trabalho de muitas mentes e mãos. Valorizamos profundamente a contribuição daqueles que compartilharam seu conhecimento, comentários e apoio ao longo do processo. A todas as pessoas que nos acompanharam nesta jornada, o nosso muito obrigado.

Almudena Fernández
Economista-Chefe
Escritório Regional para a América Latina e o Caribe

Conteúdo do Relatório Regional de Desenvolvimento Humano de 2025

Prefácio

Agradecimentos

Siglas e Abreviações

Conteúdo

Síntese

PARTE I
A PRESSÃO

CAPÍTULO 1
Desenvolvimento sob pressão na América Latina e no Caribe

Tempos de mudança

A incerteza, um obstáculo para a América Latina e o Caribe

Estagnação e desigualdade no progresso do desenvolvimento: incerteza em meio a questõesestruturais

Ceder sem se partir

CAPÍTULO 2
Desenvolvimento humano resiliente: um enfoque conceitual adequado para os nossos tempos

Por que nos importamos com a incerteza?

Por que desenvolvimento humano e resiliência?

Definição de desenvolvimento humano resiliente

Uma abordagem baseada em ativos para construir um desenvolvimento humano resiliente na América Latina e no Caribe

PARTE II
FATORES AGRAVANTES

CAPÍTULO 3
Tecnologias em rápida evolução

Uma revolução sem precedentes

Atenção à lacuna: superando a exclusão digital na ALC

Empregos gig: oportunidades expandidas ou prosperidade precária?

A América Latina e o Caribe ficarão à margem da revolução da IA?

Uma nova economia extrativa na era digital

Adoção da IA, necessitando de salvaguardas

Da pressão à oportunidade: Tecnologias emergentes como catalisadores da resiliência

CAPÍTULO 4
Aprofundamento da fragmentação social

As sociedades da América Latina e do Caribe estão cada vez mais fragmentadas

A fragmentação social, uma ameaça ao desenvolvimento humano

Uma estrutura social fragmentada encontra um contexto incerto e volátil na América Latina e no Caribe

A fragmentação social afeta o desenvolvimento humano por meio da governança ineficaz, do crime organizado e da migração

Enfrentando a fragmentação: Reduzindo a distância e questionando seu potencial para a mudança social

CAPÍTULO 5
Pressões climáticas crescentes

Do realismo mágico à realidade implacável

Da preocupação com as mudanças climáticas ao fortalecimento da agência

Desafios e riscos das transições verdes na ALC

Pressões climáticas e desenvolvimento humano

Desequilíbrios planetários e sociais na ALC

Preparar-se para o inesperado: Riscos climáticos e desenvolvimento humano

INTERCONEXÕES
Tudo, em todos os lugares, ao mesmo tempo

A epidemia oculta: Desafios da saúde mental na América Latina e no Caribe

A guerra contra a verdade: Como a desinformação está minando a realidade na América Latina e no Caribe

Sustentabilidade: A interseção entre IA e gestão ambiental na ALC

Não há um caminho único: Pressões crescentes, ondas de mudança e terrenos em movimento

PARTE III
RECALIBRANDO O DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 6
Recalibrando o futuro: Construindo resiliência em tempos de incerteza

Uma nova guia para o desenvolvimento na ALC com a resiliência como eixo central

Moldando instrumentos para navegar na incerteza

Instituições adaptáveis a contextos complexos

Construindo infraestrutura que libere a resiliência das comunidades

Um chamado à ação: Promovendo o desenvolvimento humano resiliente em tempos de incerteza

LISTA DE QUADROS

1.1 Uma definição prática de risco e incerteza

1.2 Uma olhar histórico sobre o progresso do desenvolvimento humano na América Latina e no Caribe

1.3 Desigualdades no IDH dentro dos países

1.4 Uma visão mais ampla da pobreza além da renda

2.1 A abordagem das capacidades em resumo

2.2 Uma perspectiva histórica sobre o conceito de resiliência

3.1 Resultados mistos, mas geralmente positivos, sobre o impacto da proibição de smartphones nas escolas

3.2 A exclusão da era digital: gerações mais velhas podem ficar para trás em um mundo cada vez mais digital

3.3 O que é a economia gig?

3.4 Guatemala em destaque: uma economia digital acima da média regional

3.5 A mercantilização de empregos de baixa qualificados na era digital

3.6 A concentração do poder dos gigantes globais da tecnologia desafia a soberania digital da América Latina e do Caribe

3.7 Aproveitaando a IA para preservar as línguas indígenas e empoderar as comunidades

3.8 O custo político da violência de gênero no âmbito digital

3.9 Aumento da participação das mulheres nas áreas STEM

3.10 O futuro próximo da infraestrutura de IA

4.1 Corridos tumbados: reflexões sobre as lacunas nas aspirações de muitos jovens da América Latina e do Caribe

4.2 Baixa confiança e exclusões específicas no Caribe anglófono

4.3 Um índice para medir a incorporação política na América Latina: influência limitada nos assuntos públicos

5.1 Idosos e mulheres argentinos estão mais preocupados com os efeitos das mudanças climáticas do que jovens e homens

5.2 Caminhos descoloniais e reparatórios para a resiliência climática no Caribe

5.3 Desafios da elevação do nível do mar em Cuba

5.4 Implicações das secas no Uruguai sob uma perspectiva institucional

5.5 Incêndios florestais em Valparaíso e Viña del Mar: um evento complexo e socialmente construído

5.6 Revisitando a estrutura de risco do IPCC

5.7 Plantando as sementes do desastre: uma perspectiva da construção social do risco

5.8 Resiliência do desenvolvimento humano diante das crises ambientais: aproveitando transições e novas tendências para a sustentabilidade na República Dominicana

6.1 Mapeaando ativos e resiliência das famílias no México

6.2 Sistemas de cuidados para a resiliência

6.3 Mapeando o cuidado na América Latina e no Caribe: uma metodologia estratégica para fechar lacunas políticas em nível territorial

6.4 Seguros paramétricos e proteção social: uma combinação eficaz contra os desastres

6.5 Predadores contra produtores: os seguros podem salvar ambos?

6.6 O futuro é uma escolha política

6.7 O PIX do Brasil: um ativo escalável para a Infraestrutura Digital Pública regional

6.8 Inovações digitais no setor público na América Latina e no Caribe

6.9 Além da geografia, as organizações comunitárias desempenham um papel crucial na promoção da coesão social

6.10 Ferramentas digitais para uma infraestrutura resiliente

LISTA DE FIGURAS

S.1 O avanço do IDH desacelerou desde meados da década de 2010 e ainda não recuperou sua trajetória pré-pandemia

S.2 Apesar da redução dos níveis de pobreza, a vulnerabilidade na América Latina e no Caribe permanece inalterada

S.3 A incerteza na América Latina e no Caribe mais que dobrou desde 1990, superando as médias mundiais

S.4 Uma nova era de incerteza na América Latina e no Caribe

S.5 Na América Latina e no Caribe, a cobertura digital se ampliou, mas isso por si só não garantiu um uso significativo

S.6 O acesso à Internet na América Latina e no Caribe apresenta uma heterogeneidade significativa, tanto entre os países quanto dentro deles

S.7 Os governos da América Latina e do Caribe estão integrando cada vez mais a IA na administração pública

S.8 As pessoas encontram refúgio em suas comunidades à medida que diminui a confiança na maioria das pessoas e nos governos

S.9 A América Latina e o Caribe abandonam cada vez mais os partidos tradicionais

S.10 América Latina e Caribe, uma região polarizada como nenhuma outra

S.11 Os jovens estão mais dispostos a justificar um golpe de Estado para enfrentar os altos níveis de criminalidade

S.12 Os fenômenos meteorológicos extremos na América Latina e no Caribe mais que dobraram

S.13 Relação entre desenvolvimento humano, vulnerabilidade e prontidão para as mudanças climáticas

S.14 Mudança de opinião sobre a prioridade do meio ambiente em relação ao crescimento econômico na América Latina e no Caribe

S.15 O enfoque das três “I” para um desenvolvimento humano resiliente

1.1 A incerteza na ALC mais que dobrou desde 1990, superando as médias mundiais

1.2 Representação visual do risco

1.3 Uma nova era de incerteza na ALC

1.4 Os danos causados pelas tempestades no Caribe são cada vez mais graves

1.5 Ilustração do “efeito dominó” em todos os setores, que se agrava

1.6 O IDH diminuiu durante a pandemia e ainda não recuperou sua tendência anterior à pandemia

1.7 A desaceleração do IDH começou antes da pandemia

1.8 A renda média-alta não se traduziu necessariamente em desenvolvimento humano muito alto para todos os países da América Latina e do Caribe

1.9	As disparidades do IDH entre os países da América Latina e do Caribe se acentuaram após a pandemia
1.10	Houve avanços na redução da pobreza, mas menos nos últimos anos
1.11	A América Latina e o Caribe é a região com o crescimento mais lento do mundo
1.12	A recuperação da pobreza tem sido desigual
1.13	Apesar dos avanços, um quarto da população da América Latina e do Caribe continua em situação de pobreza multidimensional
1.14	As mulheres da América Latina e do Caribe sofrem mais de pobreza multidimensional do que os homens, especialmente nas zonas rurais
1.15	Apesar da diminuição dos níveis de pobreza, a vulnerabilidade na ALC permanece inalterada
1.16	A distribuição desigual do desempenho educacional
1.17	O acesso desigual aos ativos físicos entre os gêneros continua sendo a norma
1.18	Foram alcançados avanços significativos nos serviços básicos universais, mas não tanto em outros serviços
1.19	Moradia de qualidade continua fora do alcance de grupos vulneráveis
1.20	A brecha na inclusão financeira
1.21	Confiamos em nossos amigos: a população da ALC recorre a seus amigos em caso de emergência
1.22	A ALC continua sendo a região mais desigual do mundo em termos de renda
1.23	Em relação aos EUA, a produtividade na ALC diminuiu nas últimas décadas, ampliando ainda mais a diferença em relação aos países desenvolvidos e às economias emergentes
1.24	Os países da América Latina e do Caribe apresentam uma complexidade baixa e em declínio há décadas
1.25	A população está cada vez mais pessimista sobre o presente e o futuro na América Latina e no Caribe
1.26	Uma lacuna crescente no otimismo: a população da América Latina e do Caribe é mais positiva sobre as perspectivas econômicas de sua família do que sobre as de seu país
1.27	A maioria da população da América Latina e do Caribe afirma que seu país oferece oportunidades econômicas inadequadas
2.1	A abordagem das capacidades em resumo
2.2	Construindo o desenvolvimento humano e a segurança humana
2.3	Segurança humana em tempos de incerteza
2.4	A América Latina e o Caribe têm uma lacuna de agência menos acentuada em comparação com outras regiões, mas seus maiores níveis de insegurança percebida aumentam a lacuna de agência
2.5	A resiliência em foco
2.6	A abordagem baseada em ativos em contexto: a incerteza e as crises afetam a capacidade das famílias de gerar renda, com consequências complexas para o crescimento e a desigualdade
2.7	Interação entre os ativos das famílias, ambientes favoráveise os resultados
3.1	Impactos potenciais das tecnologias no desenvolvimento humano
3.2	A exclusão digital na América Latina e no Caribe deixa milhões de pessoas para trás
3.3	O acesso à Internet na ALC apresenta grande heterogeneidade, tanto entre países quanto dentro deles.
3.4	Os centros de dados na ALC representam apenas 5% do total mundial
3.5	Na ALC, um em cada três estudantes se distrai com dispositivos digitais durante as aulas de matemática
3.6	Modelo de classificação por educação e habilidades
3.7	A previdência para trabalhadores temporários permanece incompleta
3.8	A produtividade da América Latina e do Caribe estagnou em comparação com as economias em rápido crescimento
3.9	Embora a titularidade de contas bancárias tenha aumentado de 52% em 2014 para 74% em 2021, as contas poupança ainda são escassas
3.10	O potencial da IA para melhorar a produtividade na América Latina e no Caribe continua em grande parte inexplorado
3.11	Dinâmica do extrativismo digital na ALC
3.12	A região possui mais da metade das reservas mundiais de lítio e mais de 35% das reservas de cobre, ambos recursos fundamentais para a IA
3.13	O consumo global de eletricidade dos centros de dados duplicará em 2026 em comparação com 2022
3.14	Alavancando a IA no setor público
3.15	Implementações de IA no setor público na região
3.16	Taxonomia de domínios de risco da IA do MIT
3.17	Três etapas do ciclo de vida da IA onde podem surgir vieses
3.18	A ALC fica para trás em estruturas de segurança cibernética
3.19	Facilitadores das tecnologias em rápida evolução
3.20	Na ALC, 4 em cada 10 formados em ciências, tecnologia, engenharia e matemática são mulheres, com grandes diferenças entre países
4.1	Fragmentação social: distância, antagonismo e falta de mediação eficaz
4.2	A fragmentação social pode prejudicar o desenvolvimento humano
4.3	A governança pode determinar os resultados do desenvolvimento
4.4	As pessoas encontram abrigo em suas comunidades à medida que diminui a confiança na maioria das pessoas e nos governos
4.5	Barreiras à inclusão: tolerância social entre populações marginalizadas
4.6	A violência política é generalizada na região
4.7	Maior liderança personalista e menor protagonismo dos partidos
4.8	O ascensão do novo: declínio da idade média dos partidos presidenciais vencedores
4.9	América Latina e Caribe, uma região polarizada como nenhuma outra
4.10	Judiciário independente sob pressão
4.11	Jovens estão mais dispostos a justificar um golpe de Estado para enfrentar os altos níveis de criminalidade
4.12	Índice de incorporação política
4.13	Metade dos homicídios na América Latina e no Caribe está diretamente ligada a organizações criminosas
4.14	Violência e criminalidade afetam o desenvolvimento humano em muitos níveis
4.15	Na América Central e no Caribe, o tráfico tem como alvo principal meninas para exploração sexual
4.16	Remessas para a América Latina e o Caribe (2010-2024)
4.17	Remessas como porcentagem do PIB

5.1	Pressões das mudanças climáticas sobre o desenvolvimento humano
5.2	América Latina e Caribe se pronuncia sobre as mudanças climáticas: preocupações, impactos e chamados à ação
5.3	Gravidade das consequências dos riscos climáticos por faixas etárias
5.4	Mudanças de opiniões sobre a priorização do meio ambiente em relação ao crescimento econômico na América Latina e no Caribe
5.5	Priorização do meio ambiente em relação ao crescimento econômico na América Latina e no Caribe, por país (2023)
5.6	Compromissos e desafios do Acordo de Paris
5.7	Crescimento na América Latina e no Caribe tradicionalmente muito correlacionado com os preços das matérias-primas
5.8	Taxonomia dos riscos de transição para os países da América Latina e do Caribe
5.9	Balança comercial física da América Latina
5.10	Pressões climáticas sobre o desenvolvimento humano
5.11	Variação média anual da temperatura por região da América Latina e Caribe
5.12	Variação relativa na produtividade do trabalho devido ao estresse térmico em 33 países da América Latina e Caribe para 2020, 2030 e 2050
5.13	Dias adicionais de exposição a ondas de calor na América Latina e no Caribe (2016-2020 vs. 1986-2005)
5.14	Variação absoluta (em milhões) no número de dias-pessoa de ondas de calor sofridos por lactentes
5.15	Variação absoluta (em milhões) no número de pessoas-dia de ondas de calor por adultos com mais de 65 anos
5.16	Aumento do nível do mar na América Latina e no Caribe no cenário de emissões intermediárias (SSP2-4.5)
5.17	Território e população abaixo do nível do mar em um cenário de emissões intermediárias
5.18	Nível de estresse hídrico na América Latina e no Caribe, segundo o Instituto de Recursos Mundiais
5.19	Porcentagem de países que enfrentam estresse hídrico
5.20	Nível de estresse hídrico na América Latina e no Caribe, 2012-2022
5.21	Eventos climáticos extremos na América Latina e no Caribe dobraram nas últimas décadas
5.22	Incêndios florestais anuais na América Latina e no Caribe, 2002-2023
5.23	Desnutrição e insegurança alimentar na América Latina e no Caribe, 2014-2023
5.24	Desequilíbrios planetários e sociais no Antropoceno.
5.25	A América Central e o Caribe enfrentam maior vulnerabilidade climática em comparação com outras regiões
5.26	Relação entre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade e prontidão para as mudanças climáticas
5.27	Representação visual do risco de acordo com o IPCC
5.28	Riscos comuns e incomuns das mudanças climáticas para a ACC e a RRD
5.29	A resiliência como ponto em comum
5.30	O “efeito dominó” em todos os setores, agravado por fenômenos climáticos

I1.1	Na América Latina e no Caribe, as taxas de depressão e ansiedade entre as mulheres são 1,5 vezes maiores do que às dos homens
I1.2	Porcentagem de entrevistados que prefeririam um mundo sem TikTok e Instagram
I2.1	O paradoxo do consumo de notícias através das redes sociais: alta desconfiança, mas uso generalizado
I2.2	O impacto da desinformação econômica
I3.1	De uma abordagem de IA intensiva em recursos para uma simbiótica
I3.2	Exemplos do uso da biomimética para soluções v
I4.1	Aumento da migração na América Latina e no Caribe
I4.2	Porcentagem da população com intenção de migrar

6.1	O enfoque das três “I” para o desenvolvimento humano resiliente
6.2	O “meio ausente” dos sistemas de proteção social na América Latina e no Caribe
6.3	Um caminho para sistemas de proteção social que constroem um desenvolvimento humano resiliente
6.4	Representação estilizada da situação de pobreza das famílias
6.5	Distribuição das famílias por quadrantes de pobreza e privações médias, México, 2018-2022
6.6	Privações e mudanças por quadrante de pobreza, México 2018-2022
6.7	Heterogeneidade na cobertura dos registros sociais na ALC
6.8	Índices multidimensionais para avaliar as privações em todas as dimensões
6.9	Impactos permanentes das crises ao longo do ciclo de vida
6.10	Penetração dos seguros na ALC
6.11	Tipos comuns de produtos de seguros na América Latina e no Caribe
6.12	A solução: integrar os seguros climáticos aos mecanismos de proteção social
6.13	A necessidade de um novo manual de estratégias para alcançar um desenvolvimento humano resiliente
6.14	Estrutura de Infraestrutura Pública Digital
6.15	Elementos básicos da Infraestrutura Pública Digital

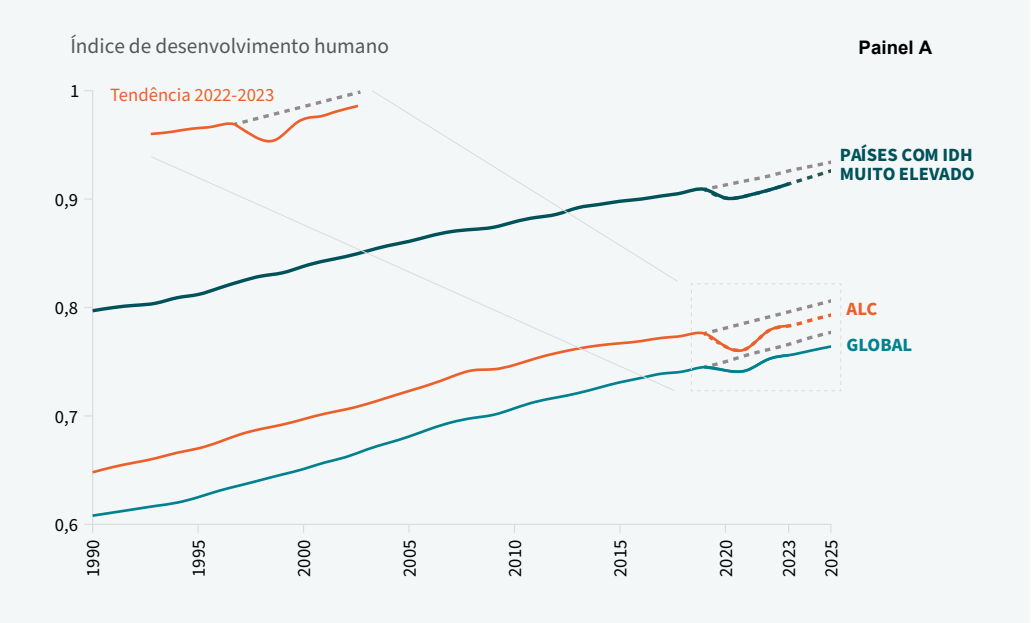
SÍNTESE

O progresso do desenvolvimento na América Latina e no Caribe (ALC) está sob pressão. A região atravessa um panorama complexo, marcado por elevada incerteza, crises recorrentes e simultâneas e por vários fatores de tensão interligados: tecnologias em rápido desenvolvimento, profunda fragmentação social e mudanças climáticas cada vez mais intensas. Estes fatores tornaram evidentes vulnerabilidades graves na trajetória de desenvolvimento da região, pondo à prova a sua capacidade de sustentar e avançar o desenvolvimento humano. Este Relatório defende que reformular as estratégias de desenvolvimento, colocando a resiliência no centro, não é apenas benéfico, mas um imperativo para moldar um futuro para a América Latina e o Caribe em que o desenvolvimento humano possa ser assegurado e promovido de forma sustentável.

A ALC está sob pressão

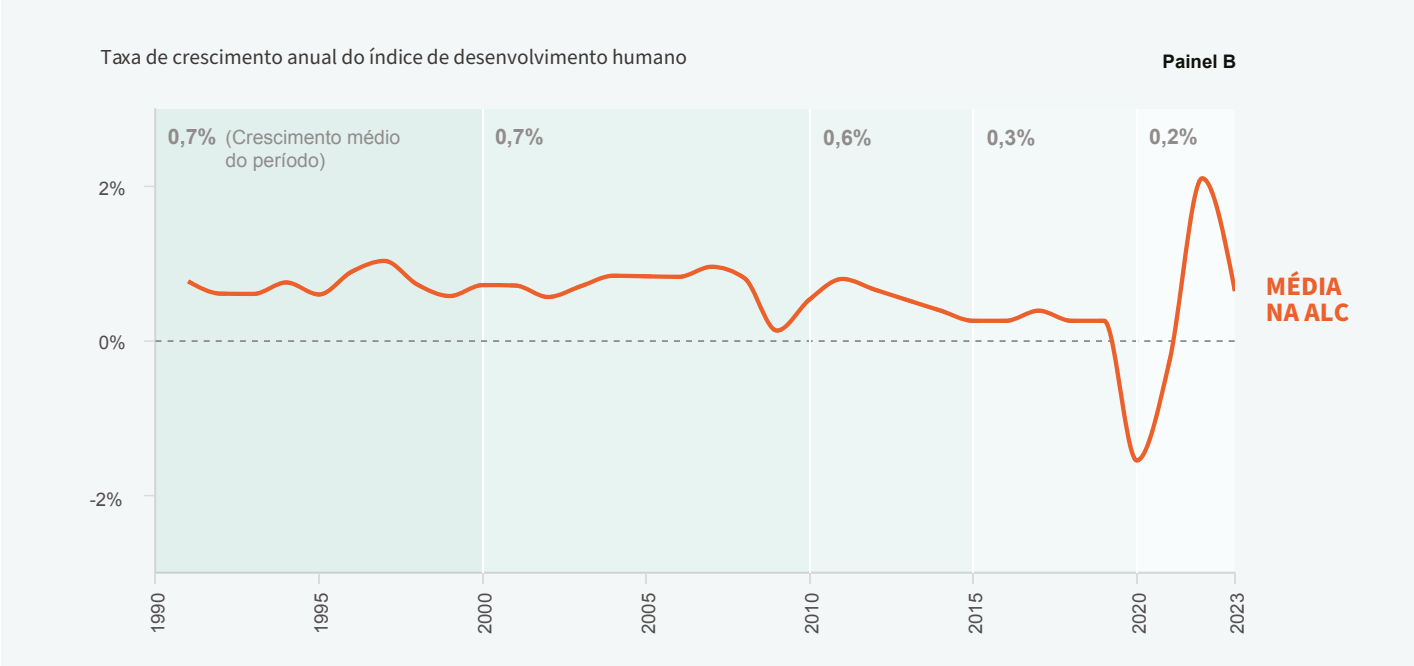
Os padrões de progresso do desenvolvimento na ALC nas últimas décadas podem ser resumidos em quatro princípios simples: houve avanços significativos; esses avanços foram desiguais; desaceleraram nos últimos anos; e são vulneráveis a retrocessos. Após décadas de progresso sustentado, os avanços no desenvolvimento humano na ALC começaram a diminuir, especialmente a partir de meados da década de 2010. A taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na ALC caiu de um constante 0,7 por cento entre 1990 (quando o indicador foi medido pela primeira vez) e 2015, para 0,3 por cento no período de cinco anos antes da pandemia, e para 0,2 por cento desde então, sinalizando uma estagnação no progresso (figura 1, painel B).[1] A pandemia de COVID-19 marcou um ponto crítico, provocando o primeiro declínio do IDH desde a sua criação (figura 1, painel A). Embora a região tenha se recuperado desde então, o ritmo de avanço continua lento, apresentando poucos sinais de retorno à sua trajetória pré-pandemia.

Figura 1 O progresso do IDH tem desacelerado desde meados da década de 2010 e ainda não recuperou a sua trajetória pré-pandemia (Painel A)



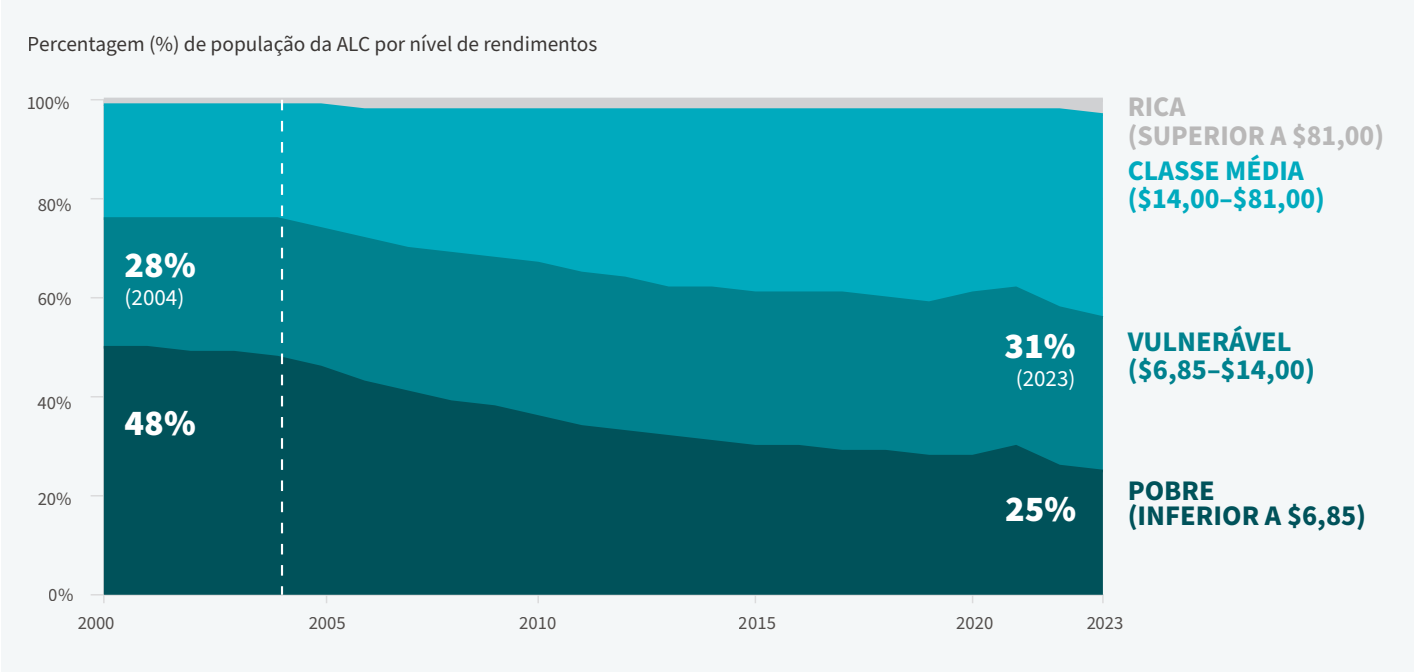
Notas: A "tendência pré-2020" projeta os níveis do IDH até 2025, utilizando o IDH e as taxas de crescimento pré-pandemia de cada região. A "tendência 2022-2023" utiliza os níveis do IDH e as taxas de crescimento desses dois anos. Todos os agregados regionais são ponderados pela população e calculados pela Oficina do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2025).
Fonte: Cálculos do PNUD com base no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2025.

Figura 1 **O progresso do IDH tem desacelerado desde meados da década de 2010 e ainda não recuperou a sua trajetória pré-pandemia (Painel B)**



Notas: Todos os agregados regionais são ponderados pela população e calculados pela Oficina do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2025).
Fonte: Cálculos do PNUD com base no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2025

Figura 2 **Apesar da redução nos níveis de pobreza, a vulnerabilidade na ALC permanece inalterada**



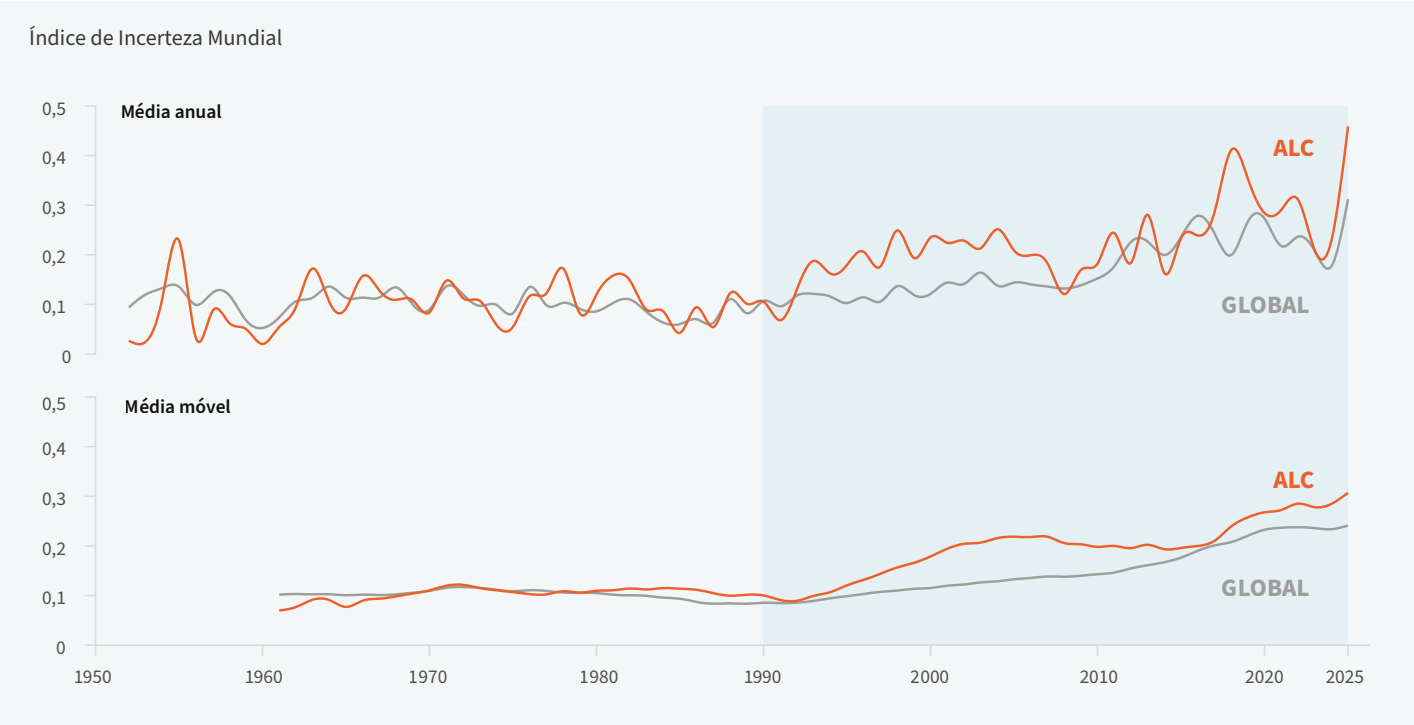
Notas: Os limites monetários são expressos em USD de 2017, em Paridade do Poder de Compra (PPC). O Caribe inclui dados da República Dominicana.
Fonte: Laboratório de Equidade da ALC do Banco Mundial (atualização de outubro de 2024).

Mais da metade da população na ALC carece de mecanismos adequados para enfrentar até mesmo um evento adverso moderado sem sofrer impactos negativos duradouros em seu bem-estar. Apesar de um progresso significativo nas últimas décadas, durante as quais os países da ALC reduziram sua taxa de pobreza à metade, cerca de 1 em 4 pessoas continua a viver em situação de pobreza (figura 2).[2] Além disso, a região ainda não consolidou uma classe média estável; mais de 31 por cento da população é categorizada como vulnerável, ficando imediatamente acima da linha de pobreza.[3] Com acesso limitado a ativos que possam servir de protetores quando a adversidade surge, este grupo permanece em risco de voltar à pobreza.

Embora a incerteza tenha aumentado globalmente, ela atingiu níveis especialmente elevados na ALC no início de 2025, estando quase 50 por cento acima da média global e sendo mais do dobro do nível da região em 1990.[4] Esse quadro tornou-se ainda mais acentuado no inicio de 2025, quando a incerteza aumentou globalmente 77 por cento, em relação ao ano anterior, enquanto na ALC houve um aumento drástico de 101 por cento durante o mesmo período (figura 3). Níveis tão elevados de incerteza ressaltam a maior sensibilidade da região a ameaças globais.

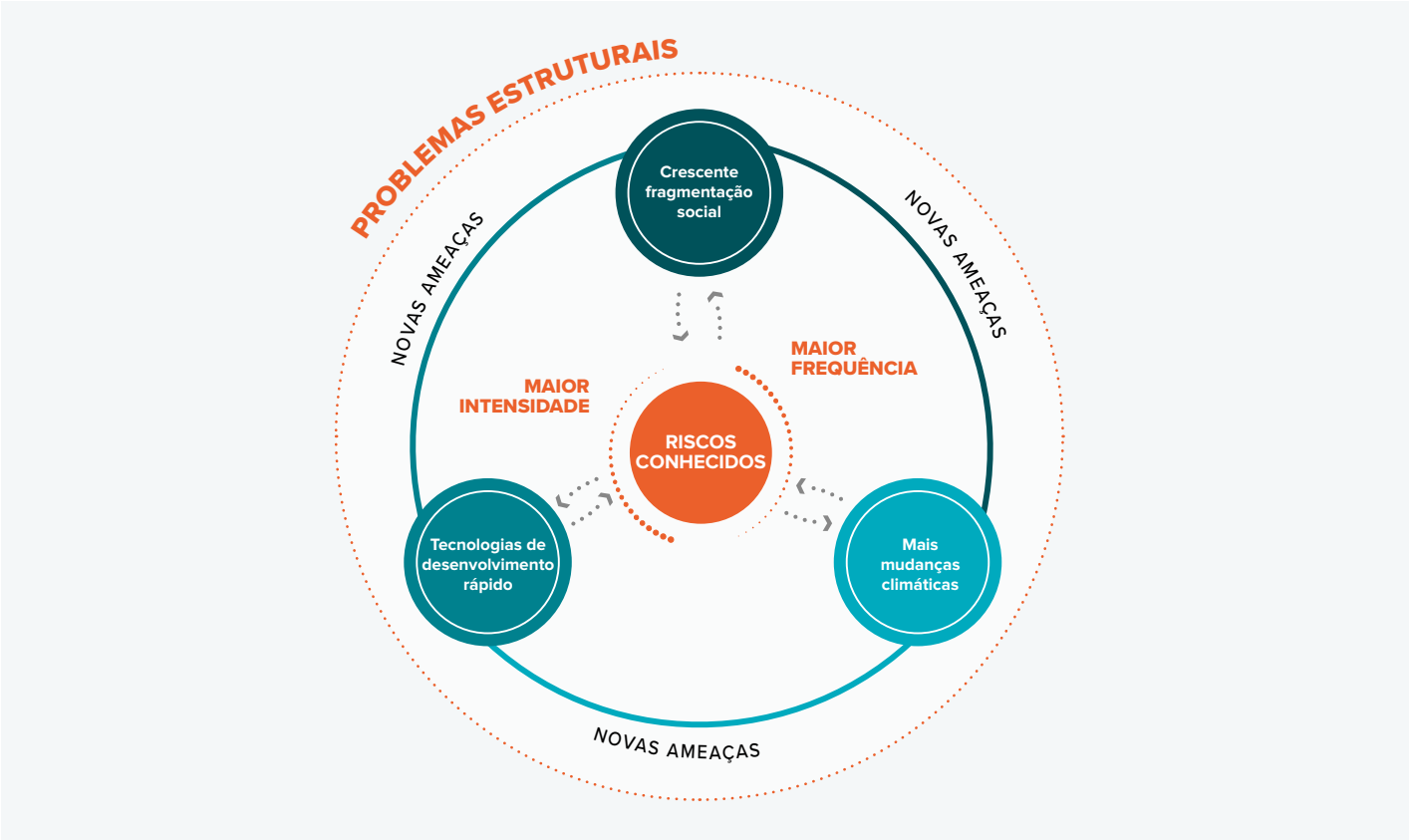
A incerteza não é uma novidade na ALC, mas o tipo de eventos adversos que a região está enfrentando agora são diferentes dos anteriores. Riscos tradicionais tornaram-se mais frequentes e mais intensos, enquanto novas ameaças estão surgindo devido à rápida evolução da tecnologia, à crescente fragmentação social e a mais mudanças climáticas. Além disso, múltiplos eventos adversos e perigos estão interagindo entre si, e com vulnerabilidades estruturais, como crescimento lento e as desigualdades (figura 4). O termo *policrise* ganhou notoriedade para descrever esta realidade cada vez mais comum; um mundo em que os choques já não são eventos isolados, mas estando interligados através de ciclos de retroalimentação e interdependências sistêmicas. Este ambiente exerce uma enorme pressão sobre os tomadores de decisão com a tarefa de fazer escolhas eficazes em contextos em que uma série de possíveis resultados é desconhecida. Reconhecer esta complexidade marca uma mudança de paradigma no pensamento sobre o desenvolvimento – o que exige uma transformação nas abordagens de políticas para enfrentar ameaças sobrepostas e interligadas.

Figura 3 **A incerteza na ALC mais do que dobrou desde 1990, superando as médias globais**



Notas: O Índice de Incerteza Mundial é calculado através da contabilização da palavra "incerteza" (e respetivas variantes) nos relatórios da Economist Intelligence Unit. Os índices são normalizados pela contagem do total de palavras e ajustados pela multiplicação por 1000, com os valores mais elevados a indicarem uma incerteza superior. As médias móveis têm um período de 10 anos.
Fonte: Os cálculos do PNUD baseiam-se nos dados do *World Uncertainty Index data for 1952 to 2025 (first quarter)*, Ahir e outros (2022).

Figura 4 **Uma nova era de incerteza na ALC**



Fonte: Elaboração do autor.

A resiliência no centro do desenvolvimento humano

O aumento da pressão posiciona o conceito de resiliência no topo da agenda do desenvolvimento, enquadrando-o como elemento central para o futuro dos países da ALC. As tendências recentes descritas acima comprovam que o enfoque exclusivo no progresso e fazer mais do mesmo já não é suficiente. O pensamento de desenvolvimento tradicional na região presumiu implicitamente um percurso linear de mobilidade social. Assim que as pessoas saíssem de situações de pobreza, continuariam naturalmente a progredir para uma classe média estável. No entanto, esta promessa não se cumpriu em vários países. O progresso do desenvolvimento mostrou-se frágil perante a acumulação de ameaças interligadas.

Além disso, a incerteza gera medo, um estado mutuamente incompatível com a liberdade. A resiliência, que permite que os indivíduos confiem no futuro sabendo que dispõem das ferramentas para suportar a adversidade e de uma rede de proteção na qual podem confiar, proporciona esperança. Inerente à esperança temos a confiança, o poder de agir e moldar o futuro. Em um contexto de incerteza elevada e de eventos adversos frequentes, o desenvolvimento humano sem resiliência deixa de ser viável. **A resiliência, enquanto promotora de confiança e protetora de liberdades efetivas, constitui a essência do desenvolvimento humano.**

Este Relatório propõe uma conceituação da resiliência a partir de uma perspectiva de desenvolvimento humano. Este conceito tem por objetivo permitir que as pessoas vivam vidas que valorizam e que têm razões para valorizarem em termos de capacidade e confiança, para que o impacto de choques críticos generalizados nas suas vidas seja evitado ou mitigado. Também permite que as pessoas e as comunidades, especialmente as mais desfavorecidas, possam moldar as suas vidas e, em caso de adversidade, recuperar e prosperar. O desenvolvimento humano é *resiliente* quando as capacidades das pessoas são preservadas de forma de evitar ou mitigar a maioria dos choques, bem como quando as pessoas têm a capacidade de reconstruir vidas dignas e significativas após os choques. Essa mudança de perspectiva redefine o desenvolvimento, não apenas como progresso, mas também como a proteção da vida, da dignidade e da possibilidade.[5]

Três dinâmicas que pressionam o desenvolvimento

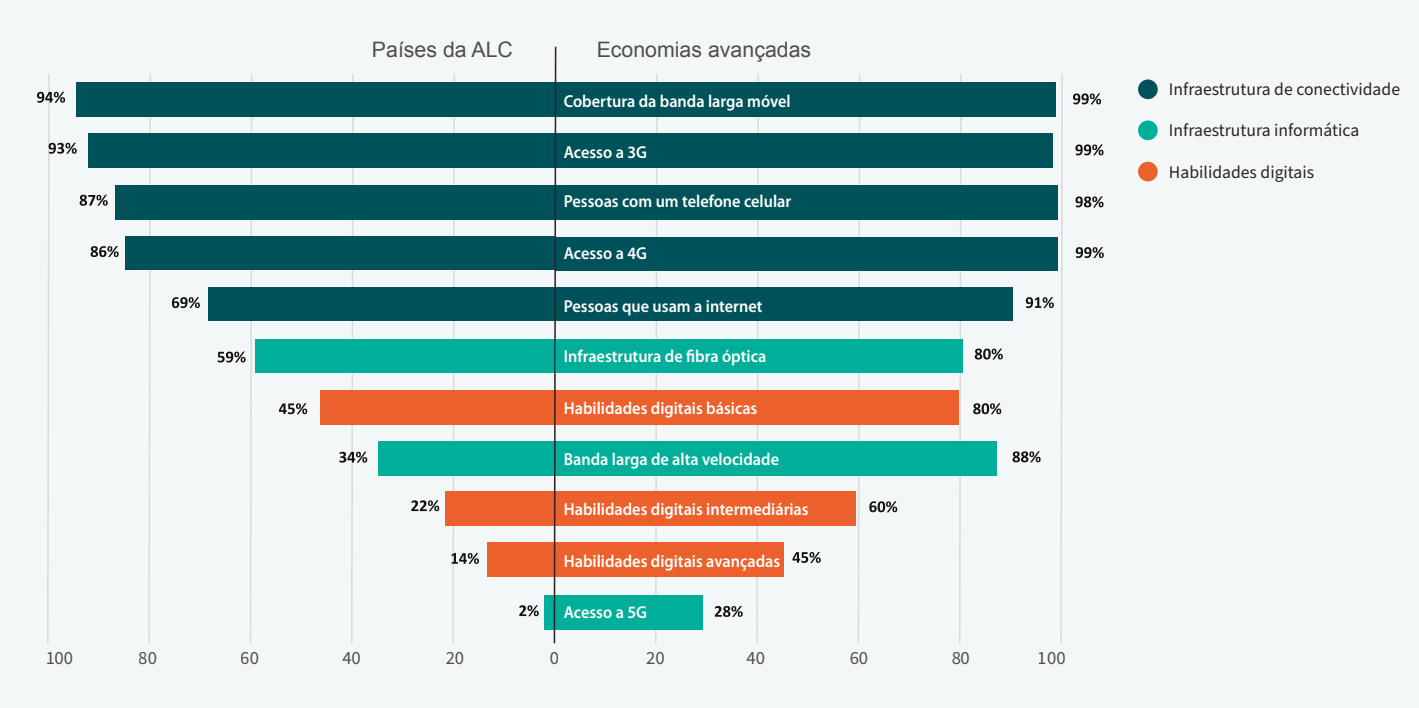
Este Relatório explora três dinâmicas interligadas que atualmente colocam o desenvolvimento na ALC em situação de estresse: (1) tecnologias em rápida evolução, (2) aprofundamento da fragmentação social e (3) mudanças climáticas crescentes. O verdadeiro impacto desses pontos dependerá sobretudo da forma como são gerados. Essas pressões interagem e amplificam os efeitos umas das outras. As tecnologias digitais estão reformulando o discurso político e alterando o engajamento cívico. Os choques climáticos estão estimulando a migração e sobrecarregando as estruturas governamentais. Além disso, a crescente fragmentação social está enfraquecendo a ação coletiva necessária para abordar, de forma eficaz, as mudanças climáticas e tecnológicas.

Tecnologias em rápida evolução: Potencial pronto para ser aproveitado

Até o momento, a transformação tecnológica da ALC foi caraterizada por: um progresso significativo, especialmente na expansão das infraestruturas digitais básicas; avanços extremamente desequilibrados, muitas vezes reforçando desigualdades existentes; um ritmo acelerado de implementação de inteligência artificial (IA), mostrando sinais de inovação e adaptação; e barreiras estruturais importantes que arriscam deixar a ALC para trás em termos de converter avanços digitais em conquistas mais amplas de desenvolvimento humano.

Apesar dos avanços significativos, a transformação digital na ALC permanece incompleta. A região continua em desvantagem em relação a economias mais avançadas, especialmente em competências e infraestruturas digitais mais sofisticadas. Embora a cobertura digital tenha aumentado, a região continua a enfrentar disparidades significativas em conectividade, acessibilidade e letramento digital, fatores que constituem barreiras à participação equitativa e significativa na economia digital. Apenas 2 por cento das pessoas na ALC têm acesso a redes 5G, em comparação com 28 por cento em economias avançadas (figura 5). Os custos de banda larga na região são quatro vezes superiores aos de economias avançadas, representando 5,4 por cento da renda per capita média na ALC em comparação com 1,3 por cento na OCDE.

Figura 5 **Na ALC, a cobertura digital aumentou, mas isto, por si só, não assegurou um uso significativo**



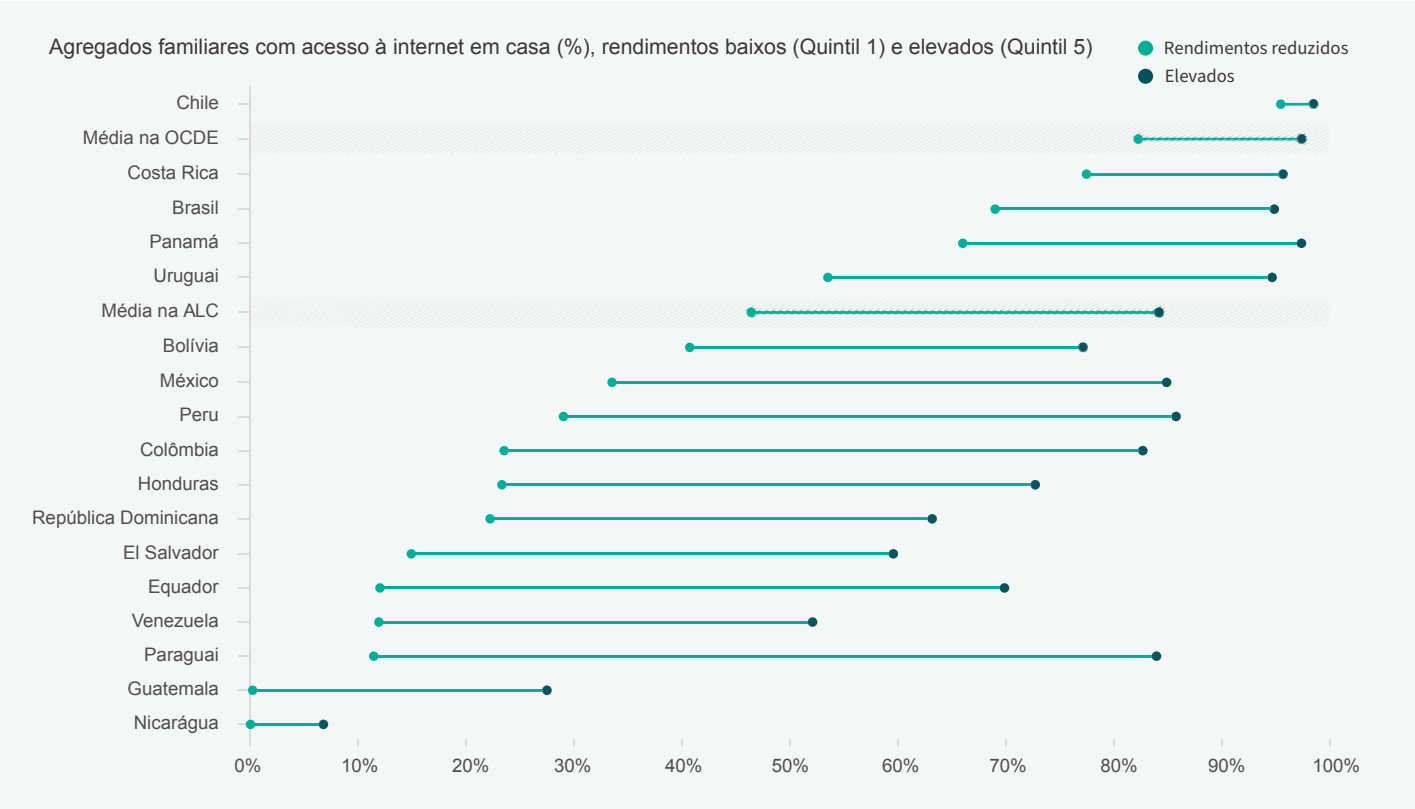
Notas: Porcentagem da população total.
Fonte: Elaboração do autor utilizando dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e PNUD (2025).

Existem também diferenças significativas no acesso à internet, entre e dentro dos países da ALC. Em média, os domicílios de alta renda têm quase o dobro de probabilidades de terem acesso à internet em comparação com os domicílios mais pobres (85 por cento vs. 46 por cento) (figura 6). Uma divisão semelhante também é evidente em domicílios em áreas urbanas e rurais (75 por cento vs. 36 por cento).[6]

A expansão da economia "gig"[7] surgiu como um potencial fonte de emprego em uma região caracterizada pela informalidade elevada. Os empregos gig proporcionam flexibilidade e oportunidades de renda, com 74 por cento destes trabalhadores na ALC a utilizarem essas plataformas para criar uma segunda fonte de renda.[8] Também servem como ponto de entrada no mercado de trabalho para jovens e migrantes. Contudo, os trabalhadores da economia gig frequentemente não possuem cobertura de segurança social, reproduzindo padrões existentes de informalidade. A ausência de marcos regulatórios deixa os trabalhadores gig sem proteção social adequada, com apenas 27 por cento a 65 por cento contribuindo para os sistemas de pensão, muitas vezes, autofinanciados.[9]

A IA promete reformular o modo como trabalhamos, mas a sua capacidade de melhorar a produtividade na ALC permanece essencialmente desconhecida. Os dados demonstram que, embora 26 por cento a 38 por cento dos empregos na ALC estejam "expostos" à IA generativa[10], apenas 1 por cento a 6 por cento do emprego corre o risco de automação direta.[11] Ao mesmo tempo, 8 por cento a 14 por cento dos empregos apresentam potencial de crescimento, com a inteligência artificial generativa oferecendo oportunidades para aumentar a eficiência e a produtividade. Contudo, se o acesso relacionadas à IA permanecem concentradas em determinados setores ou grupos demográficos, a tecnologia poderia acentuar desigualdades existentes no mercado de trabalho em vez de promover um crescimento econômico mais inclusivo. Portanto, ao invés de eliminar empregos de forma direta, a IA provavelmente irá reformular as funções laborais, ressaltando a importância da capacitação e requalificação da força de trabalho, bem como do letramento digital e da educação.

Figura 6 **O acesso à internet na ALC apresenta uma heterogeneidade significativa, entre e dentro dos países**



Notas: A CEPAL e a OCDE definem os agregados familiares com acesso à internet como aqueles com ligação à internet em casa, seja por fibra ótica, cabo coaxial, par de Cooper ou antenas terrestres ou via satélite. Em todos os casos, o acesso por dispositivos móveis é excluido. A média regional é uma média ponderada da população calculada pela CEPAL. Os dados reportados por cada país são os mais recentes disponíveis: Bolívia, Colômbia e Honduras (2021); Brasil (2019); Equador (2017); Guatemala, Nicarágua e Venezuela (2014); e todos os outros países (2022). A média dos países da OCDE é reportado para 2023.
Fonte: Cálculos do PNUD com base nos dados da CEPALSTAT da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2023); dados do Going Digital Toolkit da OCDE (2024).

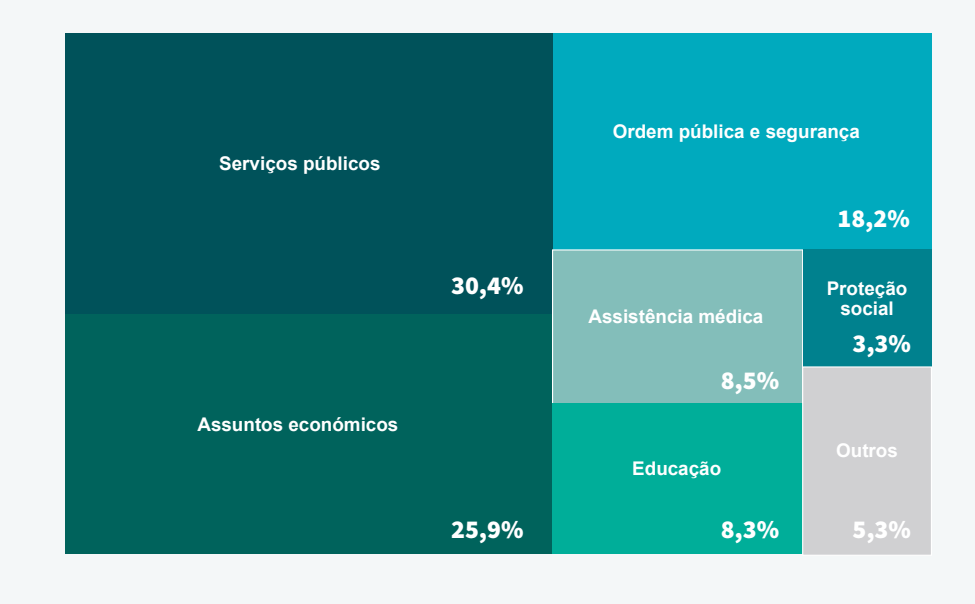
Embora as plataformas digitais tenham expandido o acesso à informação, elas também contribuíram para o crescimento da fragmentação social, prejudicando a saúde mental e a coesão social. Os países da ALC são líderes globais em uso de redes sociais, com uma média diária de 3 horas e 32 minutos, ultrapassando significativamente a América do Norte (2 horas e 13 minutos) e a Europa (2 horas e 1 minuto).[12] Este engajamento digital desproporcional aumenta os riscos para a saúde mental, como ansiedade, depressão e isolamento social, especialmente entre adolescentes. Ao mesmo tempo, a disseminação de desinformação nessas plataformas distorce o discurso público, diminui a confiança institucional e prejudica a tomada de decisões. Em contextos em que o letramento digital é limitado, a desinformação é disseminada com mais facilidade, aumentando a polarização e criando uma ameaça séria à governança democrática e à agência individual.

Os governos dos países da ALC estão adotando cada vez mais a IA, com 24 países integrando ativamente essas ferramentas nas respetivas operações do setor público. Esta mudança tem potencial significativo para revolucionar a forma como os governos interagem com os cidadãos. As instituições públicas não estão apenas destinando recursos para a promoção e implementação de IA, mas também incorporando ativamente estas tecnologias em áreas como prestação de serviços, logística, vigilância e prevenção do crime (figura 7).

Contudo, isso também envolve riscos que exigem uma gestão cuidadosa. Os sistemas de IA são frequentemente treinados com conjuntos de dados existentes, que podem incluir preconceitos sociais –perpetuando e possivelmente reforçando a discriminação sistêmica contra mulheres e grupos tradicionalmente marginalizados. Se não forem abordados, esses preconceitos podem reforçar práticas discriminatórias em áreas como o acesso a serviços públicos e a proteção social. Para além disso, os ciberataques contra sistemas de IA, especialmente em portais de dados abertos, constituem ameaças à privacidade devido à exposição de informação confidencial. Na ALC, o aumento de ciberameaças contra instituições públicas e empresas interrompe os serviços, facilita o roubo de identidade e causa perdas financeiras.

A capacidade da ALC de aproveitar as tecnologias em rápida evolução dependerá dos investimentos feitos em capital humano, infraestrutura digital, governança responsável de dados e ecossistemas digitais robustos. A crescente pressão de tecnologias emergentes constitui uma oportunidade para conduzir uma mudança positiva e, se devidamente orientados, os avanços tecnológicos podem servir como catalisador para o desenvolvimento humano resiliente.

Figura 7 **Principais usos de sistemas de IA no setor público na ALC (participação do total, %)**



Notas: Exemplos de ferramentas de IA em serviços públicos incluem chatbots e soluções para prestação de serviços. Assuntos económicos incluem ferramentas de IA para infraestrutura, logística e prestação de serviços. Segurança pública inclui aplicações para vigilância e prevenção do crime. Assistência médica apresenta algoritmos que auxiliam na prevenção e no diagnóstico de doenças. Educação inclui sistemas de IA que detetam absentismo e gerenciam matrículas. Proteção social inclui algoritmos usados para segmentar beneficiários e determinar cobertura. A categoria "Outros" inclui sistemas de IA aplicados em proteção ambiental, habitação e serviços relacionados, defesa, e atividades recreativas, culturais e desportivas.
Fonte: Cálculos do PNUD com base em dados de AI Systems in the Public Sector of Latin America and the Caribbean, Universidad de los Andes.

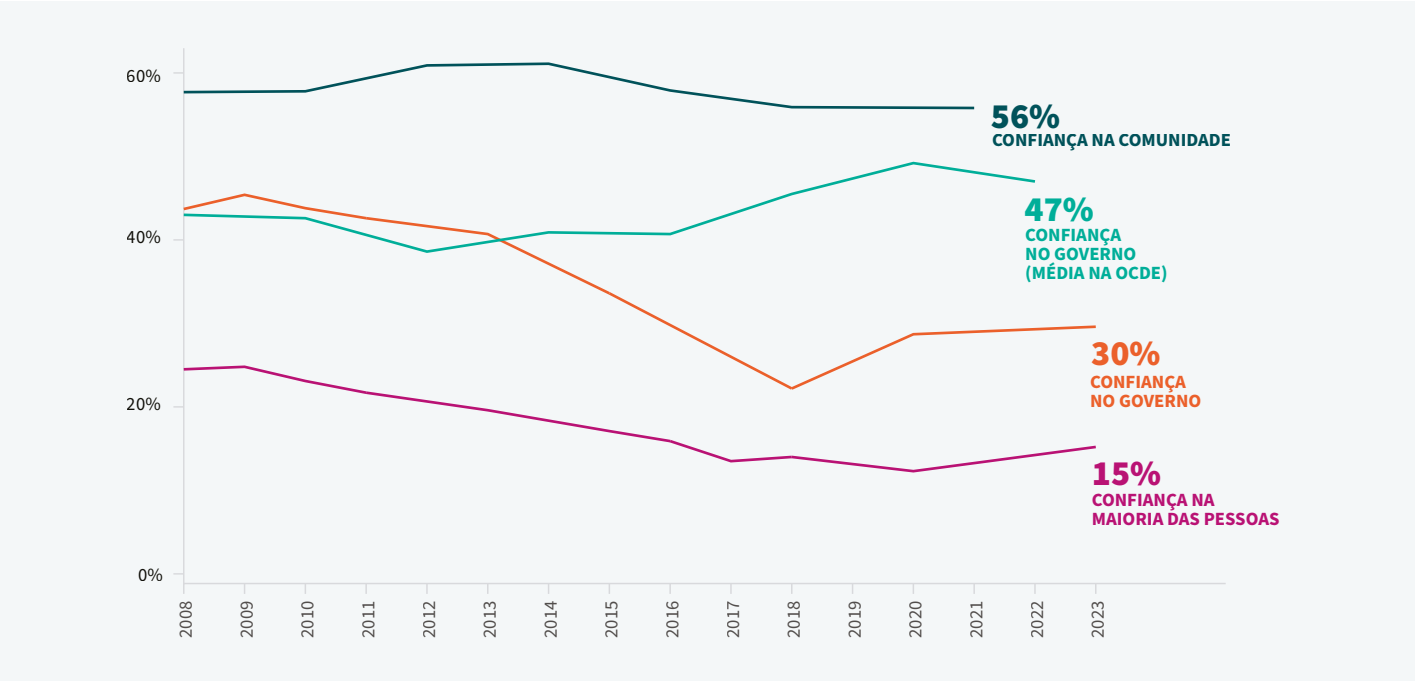
Aprofundamento da fragmentação social: Aspirações limitadas em sociedades descontínuas

Embora a fragmentação social[13] historicamente tenha sido uma característica das sociedades da ALC, em parte devido a problemas estruturais, como a desigualdade econômica, agora é intensificada pelo aumento da incerteza e choques frequentes. Os níveis elevados de incerteza podem ter um impacto emocional, aumentando os índices de tensão, ansiedade e depressão, o que, por sua vez, pode destruir a coesão social e influenciar o comportamento político. A existência de laços sociais sólidos é essencial para o bem-estar mental dos indivíduos, bem como para a promoção de sociedades coesas e resilientes. Contudo, em **contextos fragmentados, esses ciclos de retroalimentação positiva podem ser interrompidos, enfraquecendo ainda mais a estrutura social.**

A confiança, um indicador de como as atitudes afetivas moldam as relações sociais, diminuiu na ALC. A confiança na "maioria das pessoas" deteriorou-se gradualmente a partir de 2009, atingindo o seu ponto mais baixo em 2020 (figura 8). Apesar desta perda da confiança geral, as pessoas continuam confiando em seus círculos sociais imediatos. Embora as redes próximas proporcionem um mecanismo de segurança fundamental, a dependência excessiva delas, especialmente quando acompanhada por uma desconfiança generalizada de pessoas externas, pode contribuir para o aumento de distâncias entre grupos, o que resulta em maior fragmentação social. Nas sociedades em que a confiança é baixa, os cidadãos olham cada vez mais para os governos como árbitros neutros para a resolução de conflitos. Contudo, de 2009 a 2018, a confiança nos governos de países da ALC também caiu, levando as pessoas a procurar mecanismos alternativos e inadequados, alguns informais, outros ilícitos, para a obtenção de justiça ou para a satisfação de necessidades básicas. As divisões socioeconômicas estão no centro do ambiente ceticismo.

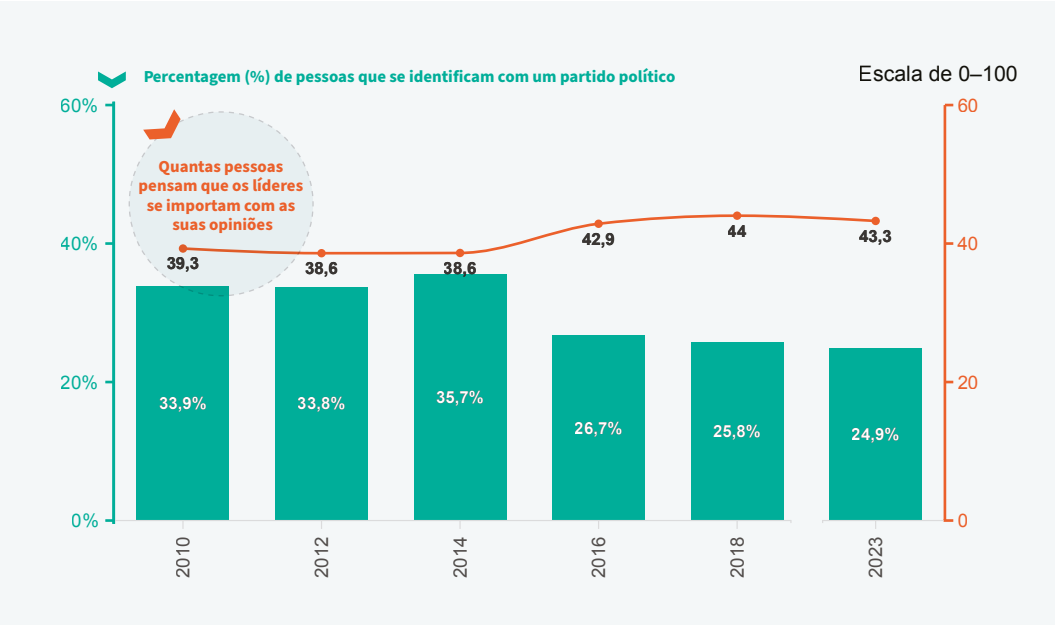
A crescente insatisfação com a mobilidade social limitada e com instituições percebidas como ineficazes fez com que as pessoas abandonassem partidos políticos tradicionais e, muitas vezes, aceitassem líderes personalistas, os quais se posicionaram como figuras externas e opostas ao sistema (figura 9). Isto ocorre em um momento em que a região está se tornando cada vez mais polarizada (figura 10). A divisão entre aqueles que se sentem "representados" pelo governo eleito e aqueles que se sentem "excluídos" está aumentando, passando de um descontentamento geral com o "sistema" para um confronto direto entre grupos.

Figura 8 **Com a queda da confiança na maioria das pessoas e no governo, as pessoas encontram abrigo nas suas comunidades**



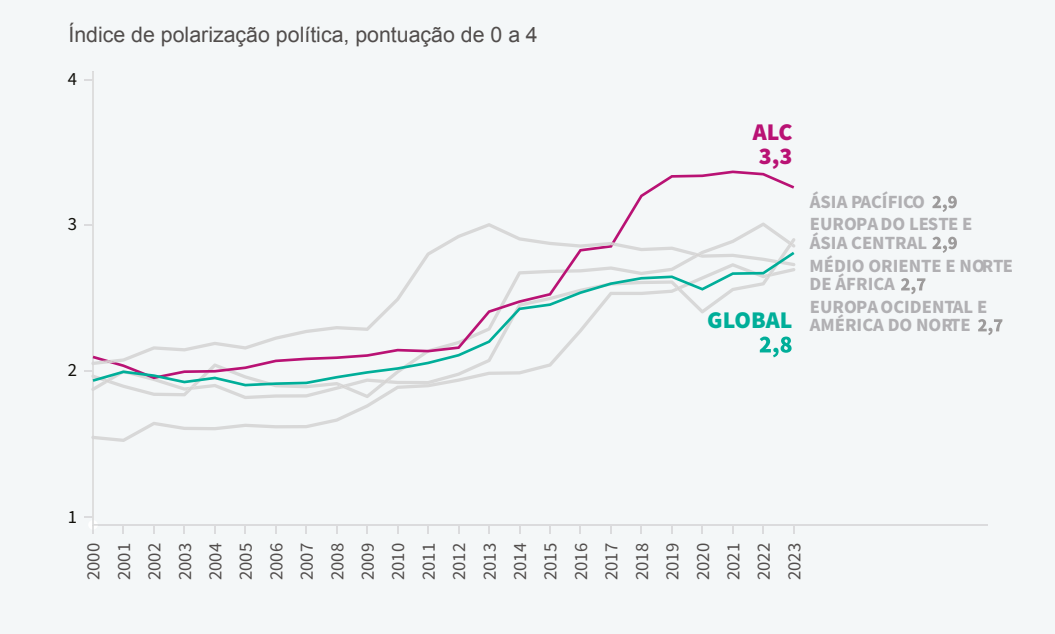
Notas: Percentagem (%) de pessoas que relatam confiar nas suas comunidades, no governo e na maioria das pessoas. todas as médias calculadas sao medias simples.
Fonte: Os dados para "Confiança na maioria das pessoas" e "Confiança no governo" foram obtidos no Latinobarómetro 2008- 2023; a fonte para "Confiança na comunidade" é o LAPOP Americas Barometer 2008-2021. A média na OCDE foi obtida no "(indicador) Confiança no governo" da OCDE (2024).

Figura 9 **A ALC está abandonando cada vez mais os partidos políticos tradicionais**



Notas: A variável "Identifica-se com um partido político" é medida pelas perguntas de "Sim/Não" do LAPOP, refletindo a percentagem de inquiridos que responderam "Sim". A variável "Os líderes têm interesse no que as pessoas pensam" é medida pela escala de sete pontos de "Discordo bastante" (1) a "Concordo bastante" (7). Essas médias regionais são recodificadas como uma escala de 0–100 e não devem ser interpretadas como percentagens.
Fonte: LAPOP, Americas Barometer 2010–2023. Universidade Vanderbilt.

Figura 10 **ALC, uma região polarizada como nenhuma outra**



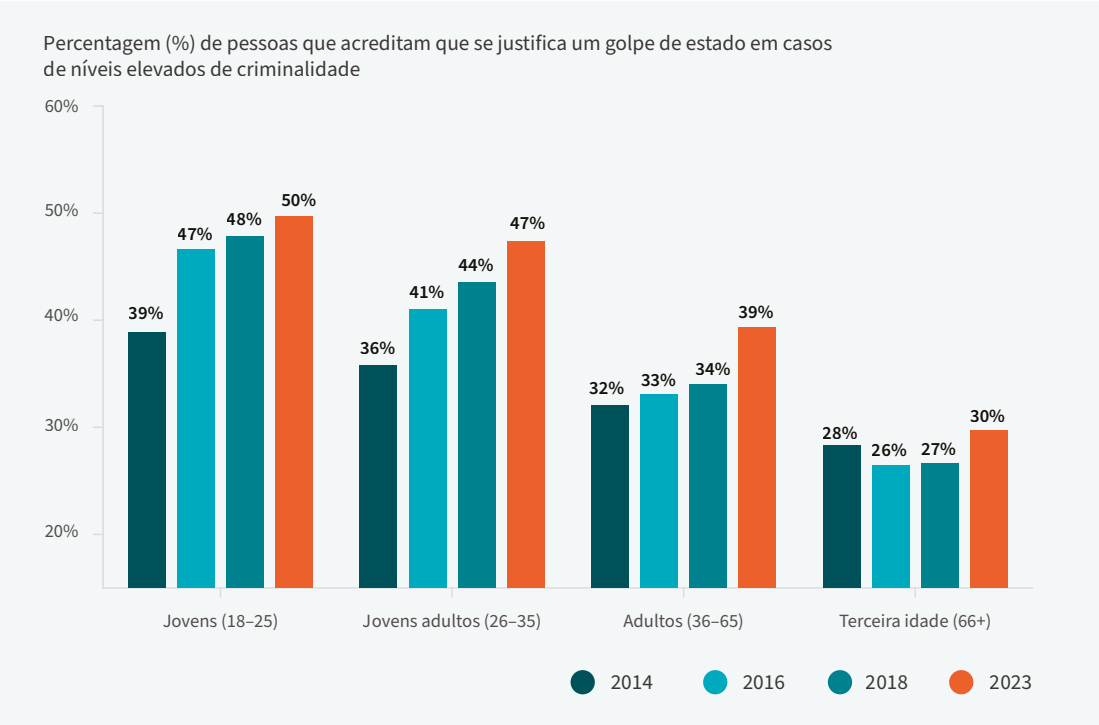
Notas: O indicador aplica uma escala de cinco pontos, em que 0 significa que apoiantes de campos políticos opostos geralmente interagem de forma amigável, e 4 significa polarização extrema em que apoiantes de campos políticos opostos geralmente interagem de forma hostil.
Fonte: Projeto Varieties of Democracy (V-Dem). Os valores em etiquetas representam dados de 2023.

A fragmentação social na ALC tem implicações significativas para os resultados e processos do desenvolvimento humano. Pode enfraquecer a governança, resultando, por exemplo, em governos que dão prioridade a medidas de curto prazo para impulsionar a aprovação pública, em detrimento de investimentos de longo prazo. Também pode acentuar divisões políticas, dificultando cada vez mais a obtenção de acordos e a resposta eficaz às exigências dos cidadãos. Isso pode alimentar o apoio a formas de governança mais radicais (figura 11) ou resultar em cidadãos abdicando por completo dos serviços públicos, enfraquecendo a sustentabilidade do Estado de bem-estar social e o contrato social mais abrangente.

O crime organizado aumentou nas sociedades fragmentadas da ALC, aproveitando as divisões sociais e a presença limitada do Estado. Quase metade dos homicídios na região estão ligados a organizações criminosas e gangues. Além da violência direta que praticam, estes grupos apresentam uma integração profunda nas economias locais e representam uma ameaça significativa ao desenvolvimento humano através do exercício de uma influência crescente na administração e na prestação de serviços informais. As suas redes descentralizadas, envolvendo atores diversos, facilitaram a rápida expansão e diversificação de mercados criminosos. Aumentaram atividades como tráfico de pessoas, mineração ilegal, exploração madeireira e extorsão, em alguns casos rivalizando com a escala do tráfico de drogas. Esta diversificação expandiu a influência criminosa para áreas consideradas seguras, contribuindo para um aumento da violência na região.[14]

Este Relatório propõe dois princípios orientadores para lidar com a fragmentação social: eliminar as lacunas econômicas, identitárias e geográficas que fomentam a fragmentação; e verificar se a fragmentação, apesar das suas desvantagens, pode ser vista como uma forma de energia social que, se devidamente orientada, pode contribuir para o avanço do desenvolvimento. A insatisfação e o antagonismo em sociedades fragmentadas podem servir de catalisador para a mudança sem trajetória predeterminada. A conscientização e o engajamento político são fortes no panorama polarizado da ALC, e o voto continua sendo a ferramenta preferida para moldar o nosso destino político. Isto representa uma oportunidade valiosa para continuar reconfigurando nossas sociedades.

Figura 11 **A juventude está mais disposta a justificar um golpe de estado para confrontar os altos níveis de criminalidade**



Notas: Percentagem de pessoas que responderam "Sim" à pergunta: "Seria justificável um golpe de estado militar em situações de criminalidade muito elevada?" O grupo "Adultos (36–65)" representa a média simples de pontuações das faixas etárias 36–45, 46–55 e 56–65.
Fonte: LAPOP, Americas Barometer 2014–2023. Universidade Vanderbilt.

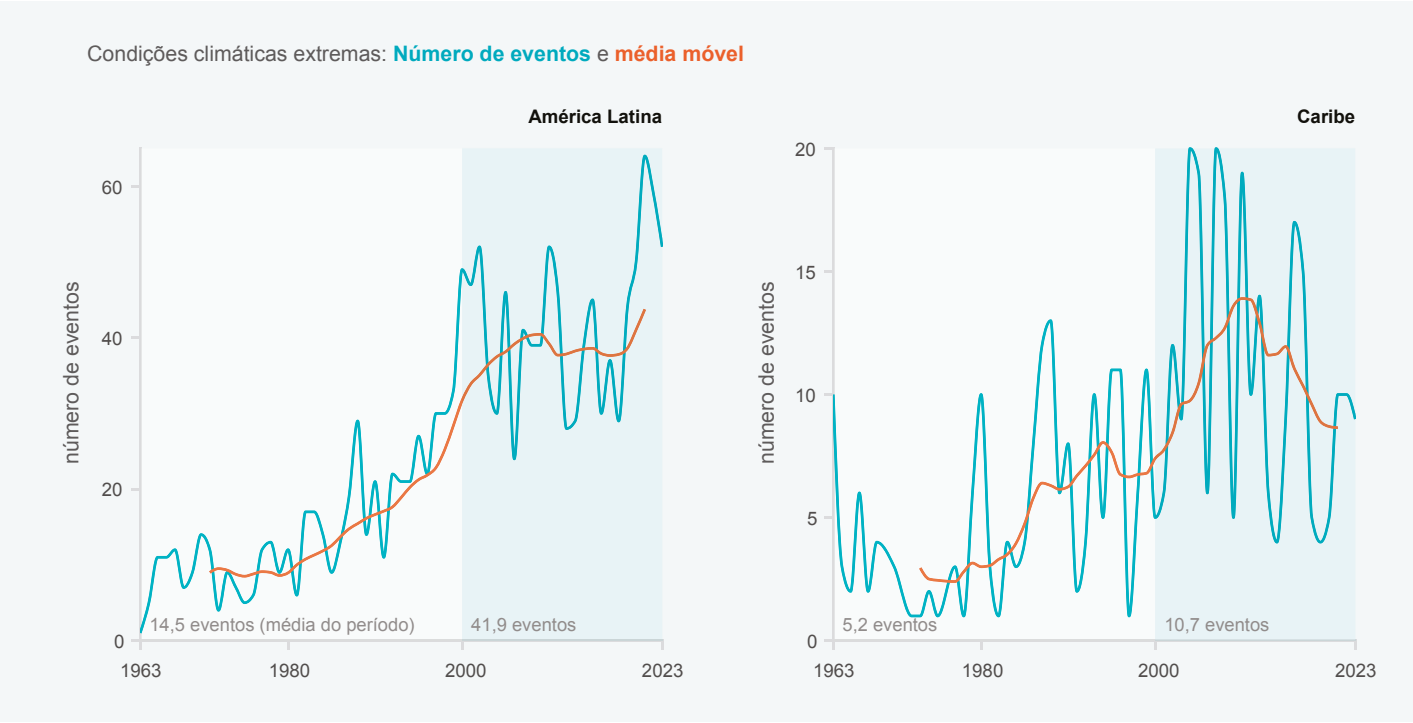
Clima em mudança crescente: Gerenciando os riscos de uma crise anunciada

As mudanças climáticas na ALC já não são uma ameaça distante. Trata-se de uma realidade atual que muda vidas, limita o desenvolvimento humano e prejudica a produtividade. A região registou uma tendência de aquecimento contínuo, culminando nos últimos cinco anos como o período mais quente registrado. Em 2024, a temperatura média à superfície nas Américas foi 2,3 °C superior à linha de base de 1951–1980.[15] Este aumento de temperaturas tem consequências humanas severas: entre 2000 e 2019, as mortes por excesso de calor na ALC foram aproximadamente 36.700 por ano[16], com um aumento drástico na última década, até 140 por cento superior na América Latina[17] e 103 por cento superior no Caribe.[18] Os impactos econômicos também foram severos. A redução da produtividade do trabalho relacionada ao calor resultou em perdas de renda de 1,78 bilhão de dólares em 2022.[19]

O número de eventos relacionados com condições climáticas na ALC foi mais do que o dobro nas últimas décadas. No Caribe, a média anual aumentou de 5,2 eventos no período de 1963–1999 para 10,7 eventos no período de 2000–2023. Na América Latina, este fenômeno é ainda mais acentuado. O número de eventos relacionados com as condições climáticas quase triplicou, passando de uma média de 14,5 no período de 1963–1999 para 41,9 no período de 2000-2023 (figura 12). As estimativas indicam que 31 por cento da população da ALC está exposta aos riscos de perigos climáticos extremos, agravados pelas mudanças climáticas, em especial secas, ondas de calor e enchentes. Embora a ALC, enquanto região, demonstre uma menor vulnerabilidade às mudanças climáticas do que outras partes do mundo, alguns países na América Central e no Caribe apresentam níveis significativamente superiores, destacando pontos críticos na região.

À medida que a frequência de eventos relacionados às mudanças climáticas aumenta, seus impactos se tornarão cada vez mais complexos, interconectados e com nuances mais distintas. A variabilidade do clima e os eventos extremos já ameaçam a nutrição, insegurança alimentar e a escassez de água. Em 2023, cerca de 28 por cento da população da ALC enfrentou incerteza alimentar moderada, enquanto 9 por cento enfrentou insegurança alimentar grave.[20] O estresse hídrico afetará mais países nos próximos anos. Nas condições atuais de emissões, quase metade dos países da região enfrentará níveis de estresse hídrico de moderado a

Figura 12 **A frequência de eventos climáticos extremos na ALC mais que duplicou**



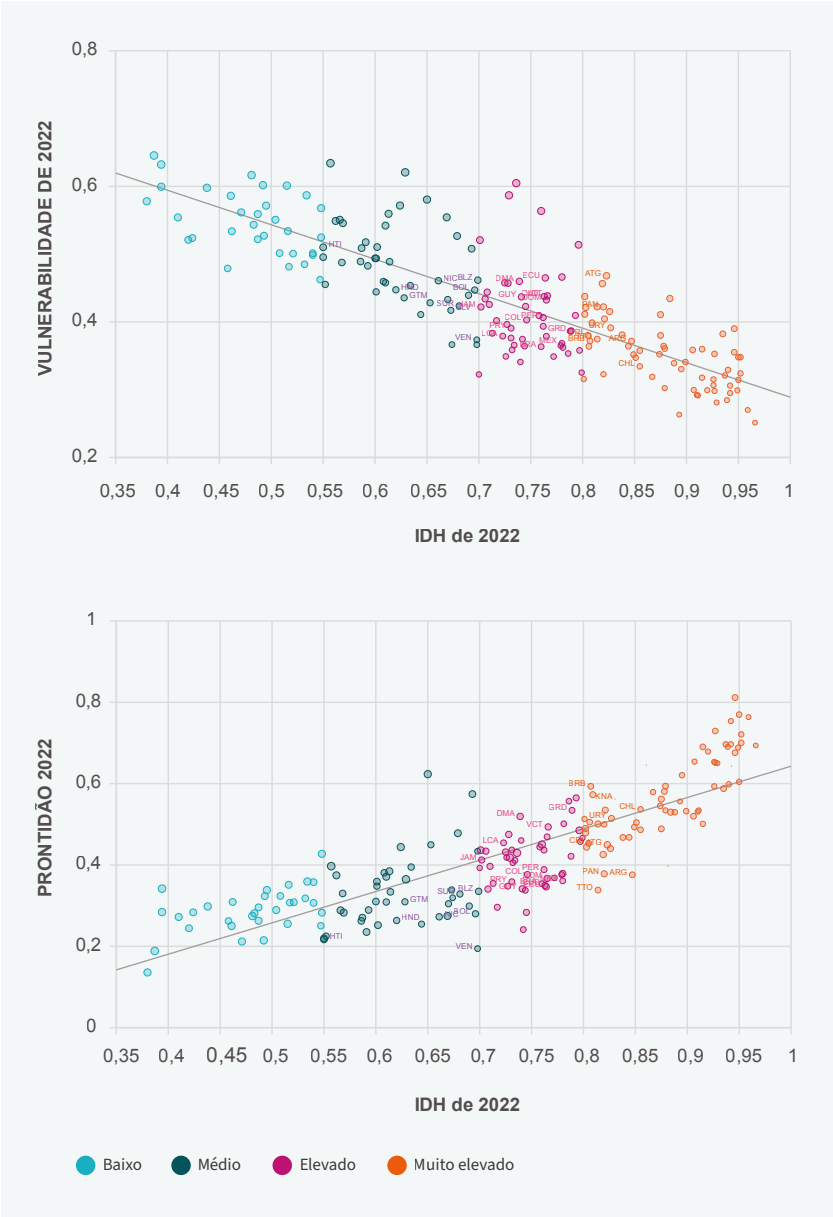
Notas: Os eventos de condições climáticas extremas incluem secas, temperaturas extremas, enchentes, tempestades e incêndios florestais. As médias móveis têm um prazo de 10 anos.
Fonte: Dados de EM-DAT: A Base de Dados de Eventos de Emergência (1963–2023).

extremo até 2080.[21] Os eventos compostos, como incêndios florestais desencadeados por secas graves, mostram como as mudanças climáticas estão ampliando os riscos sistêmicos. De 2002 a 2023, os incêndios florestais afetaram cerca de 400 milhões de hectares, uma área comparável à área conjunta da Argentina e do Chile.[22]

As mudanças climáticas e a degradação ambiental aprofundam as desigualdades pré-existentes e intensificam os impactos em cascata e cumulativos. Um desafio crucial é assegurar que a resiliência climática não seja limitada a nações mais ricas nem a comunidades que possam arcar com os custos da adaptação. Isso iria consolidar ainda mais as desigualdades e acentuar os impactos da crise climática nos mais vulneráveis. Os números mostram uma relação inversa entre o nível do IDH e a vulnerabilidade, definida como a propensão ou predisposição das sociedades serem negativamente afetadas pelos perigos climáticos (figura 13). Por outro lado, existe uma relação positiva entre o nível do IDH e o grau de preparo, indicando que os países com níveis mais elevados de desenvolvimento humano geralmente estão melhor posicionados para aproveitar investimento para ações de adaptação (figura 13).

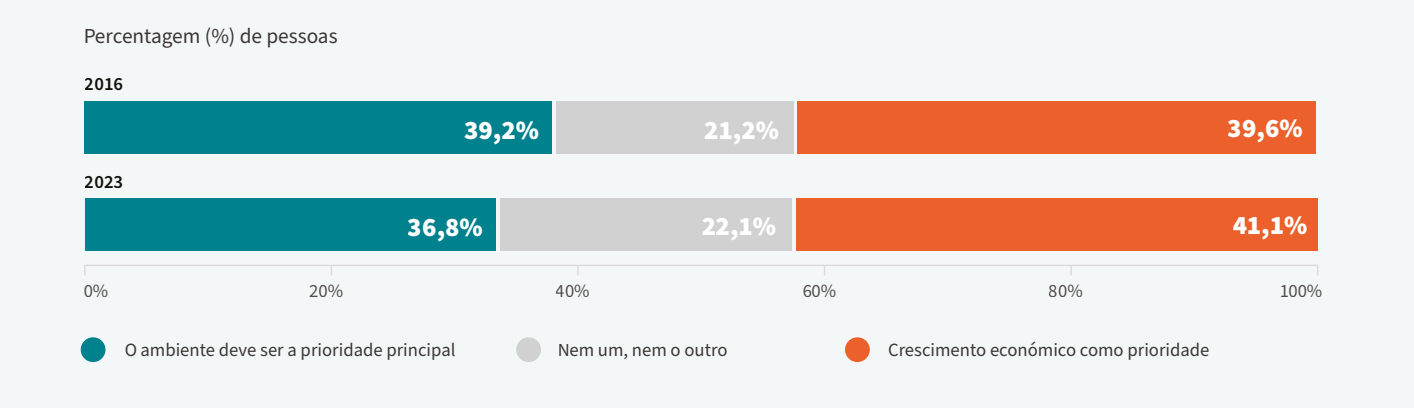
As pessoas na ALC estão cada vez mais preocupadas com as mudanças climáticas e exigem respostas políticas e institucionais concretas. Contudo, os estudos realizados na última década indicam consistentemente que a maioria das pessoas dá prioridade ao crescimento econômico em detrimento da proteção ambiental (figura 14). Não obstante, os cidadãos e as cidadãs esperam respostas decisivas dos seus governos para problemas, como a proteção e restauração da natureza, melhoria da educação sobre mudanças climáticas, proteção de populações em situação de risco, bem como maior empenho no combate às mudanças climáticas.[23] A crescente conscientização sobre as mudanças climáticas na ALC constitui uma oportunidade para avançar a agência das pessoas, bem como uma forma de progredir em estratégias de crescimento ecológico. Para aproveitar esta oportunidade, é necessário superar alguns desafios relacionados à participação política e à representação, tais como interpretações distorcidas, integrando os problemas das mudanças climáticas às agendas políticas.

Figura 13 Os países com níveis mais altos de desenvolvimento humano estão em melhor posição para enfrentar os riscos climáticos.



Nota: As pontuações calculam os valores de indicadores de vulnerabilidade e prontidão em uma escala de 0–1. Ao calcular as pontuações de vulnerabilidade: quanto mais baixas, melhor. Ao calcular as pontuações de prontidão: quanto mais altas, melhor.
Fonte: Elaboração do autor utilizando dados do Escritório do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano e da Iniciativa Global de Adaptação da Universidade de Notre Dame.

Figura 14 **As preferências entre o crescimento econômico e o meio ambiente permanecem, em grande parte, inalteradas**



Nota: A média se baseia nos 12 países incluídos na pesquisa de 2023: Argentina, Bahamas, Bolívia, Chile, El Salvador, Guatemala, Granada, México, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai.
Fonte: LAPOP, Americas Barometer 2016–2023. Universidade Vanderbilt.

Gerenciar os riscos de desvincular o crescimento econômico das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) na ALC pode representar uma oportunidade para construir resiliência. Várias economias da ALC dependem significativamente de fluxos de materiais e de exportações intensivas de GEE, como combustíveis fósseis e agricultura. Em um cenário de neutralidade de carbono global, os combustíveis fósseis e os produtos de alta intensidade emissora enfrentam uma redução na demanda ao longo das próximas duas décadas. Além disso, o setor de Agricultura, Florestas e de Outros Usos da Terra constitui um componente desproporcionalmente significativo das emissões totais regionais de GEE. Ao aproveitar o seu capital natural de forma responsável e investir em práticas sustentáveis, a ALC poderá liderar o caminho na definição de uma trajetória justa e equitativa para o crescimento verde.

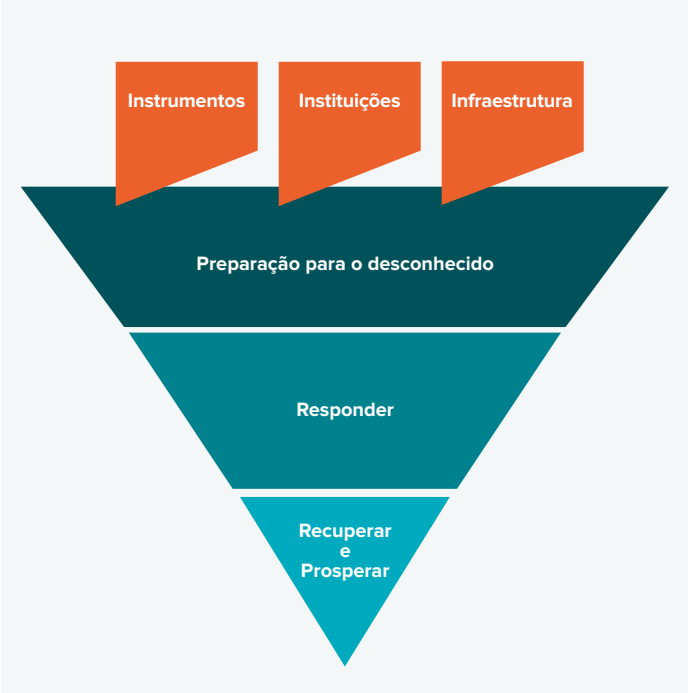
Uma nova guia para o desenvolvimento na ALC

Uma mensagem central deste Relatório é que a agenda de desenvolvimento na ALC precisa de uma nova guia, adequada aos desafios do nosso tempo. Aquilo que funcionou no passado já não é suficiente. Isso se deve, em parte, à existência de vários desafios ainda não superados, mas também porque, à medida que os tempos mudam, nossos instrumentos, instituições e infraestrutura precisam evoluir para enfrentar os novos desafios.

No centro dessa nova guia está a resiliência – não como produto derivado do crescimento, da redução da pobreza ou da adaptação às mudanças climáticas, mas como um elemento central das nossas estratégias de desenvolvimento. Sem resiliência, o progresso continuará a ser lento, no melhor dos cenários, podendo passar por retrocessos, no pior dos casos. Esta abordagem sobre a resiliência é multidimensional, transcendendo respostas isoladas a ameaças individuais e integrando nas sociedades mecanismos que permitem suportar, recuperar e prosperar em caso de adversidade, independentemente do tipo de choque. A construção da resiliência é inerentemente coletiva, com responsabilidades cruciais para os governos, sociedade civil e setor privado.

É possível definir três objetivos abrangentes da política dentro do conceito de desenvolvimento humano resiliente: a capacidade de se preparar para o desconhecido; a capacidade de resposta a perigos; e os meios para recuperar, em caso de adversidade. De forma semelhante, podemos pensar em três mecanismos através dos quais estes objetivos podem ser atingidos: instrumentos para navegar pela incerteza; instituições que consigam lidar com a complexidade do presente; e infraestrutura que liberte o poder das comunidades locais. **Em conjunto, os três objetivos e as três ferramentas formam a estratégia *dos três* "I", que pode orientar a construção de resiliência na ALC.**

Figura 15 **A estratégia dos três "I" para o desenvolvimento humano resiliente**



Fonte: Elaboração do autor.

Uma ALC resiliente exige uma mudança além dos instrumentos tradicionais de redução de pobreza, passando para aqueles que criam resiliência ativamente. Isto requer a expansão da cobertura para os vulneráveis e normalmente excluídos dos sistemas de proteção social por não serem pobres nem terem um emprego formal. Também requer um conjunto mais amplo e adaptativo de instrumentos de políticas públicas, que se concentrem na construção de ativos, para que os domicílios disponham de mecanismos de enfrentamento para suportarem potenciais eventos adversos. Por último, integra mecanismos para assegurar que as pessoas afetadas por choques consigam se recuperar e prosperar, reconstruindo as suas capacidades para que os impactos temporários não resultem na perda permanente de liberdade.

A resiliência também exige que as instituições aceitem a complexidade, especialmente através da preparação, agilidade e coordenação, bem como a continuidade territorial da presença do Estado. A preparação envolve equipar as instituições com estruturas sensíveis ao risco que antecipem e respondam de forma proativa às crises. Isto inclui investir na gestão de riscos de desastre, em mecanismos de contingência financeira e em sistemas de aviso antecipado para evitar que os choques passem a ser crises totais. A agilidade e a coordenação envolvem o fortalecimento da capacidade das instituições de se adaptarem rapidamente às crises em evolução. Isto requer superar estruturas burocráticas rígidas e fomentar a cooperação intergovernamental nos níveis nacional e local. A continuidade territorial é fundamental para assegurar a presença do Estado em todas as regiões, especialmente em zonas marginalizadas e rurais. O alcance irregular das instituições exacerba as desigualdades e deixa muitas populações sem serviços adequados durante as crises. O fortalecimento da administração local e o melhoramento dos mecanismos de engajamento comunitário podem reforçar a cobertura e a eficiência institucionais.

A infraestrutura é a base do desenvolvimento humano resiliente. Não se trata apenas de proteger os ativos físicos, mas também de criar sistemas que permitam aos indivíduos, às empresas e às comunidades prosperar apesar das incertezas. Um caminho a seguir para a ALC inclui: (i) desenvolver uma base digital robusta, com a Infraestrutura Pública Digital emergindo como um pilar fundamental para a inovação preparada para o futuro; (ii) explorar como a infraestrutura, quando projetada de forma pensada e inclusiva, pode superar divisões regionais e geográficas e reduzir as desigualdades; e (iii) enfrentar a necessidade imediata de infraestrutura resistente ao clima. Em conjunto, estas três dimensões formam uma base interligada e abrangente em que as sociedades podem confiar à medida que navegam pela incerteza.

A resiliência não se limita à capacidade de suportar ou a gerir ameaças. Trata-se, fundamentalmente, de ter capacidade de ação, de traçar um caminho e moldar o futuro do desenvolvimento na ALC. Representa uma mudança de cenário em que as famílias enfrentam choques de forma isolada para um contexto em que os riscos são geridos coletivamente, assegurando aos indivíduos mecanismos confiáveis para lidar com as adversidades sem sofrerem impactos duradouros. A resiliência incorpora a esperança no futuro, ancorada não na expectativa de ausência de adversidades, mas na confiança de que, quando elas ocorrerem, os indivíduos e as sociedades serão capazes de enfrentá-las sem abdicarem das liberdades – e, potencialmente, emergirem ainda mais fortalecidos.

Notas

1 Cálculos baseados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2025.

2 LAC Equity Lab

3 Cálculos baseados na metodologia de López-Calva e Ortiz-Juárez (2011).

4 O Índice de Incerteza Global mede a incerteza planetária através do monitoramento da frequência de termos relacionados à incerteza em artigos e relatórios econômicos. O Índice reflete flutuações no panorama econômico global, indicando períodos de maior incerteza que podem afetar o investimento, o consumo e a atividade econômica em geral.

5 Baseado em Alkire (2025), documento de referência para o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano de 2025.

6 PNUD (2024b).

7 Um trabalho gig é um trabalho temporário no qual os trabalhadores são pagos por completar tarefas específicas, frequentemente intermediadas por plataformas digitais.

8 Viollaz (2025).

9 Viollaz (2025).

10 A IA generativa (genAI) refere-se a sistemas que criam conteúdo novo com base em padrões de dados existentes (como o ChatGPT).

11 A exposição é categorizada em três efeitos principais: (i) automação, em que as tarefas são totalmente substituídas por IA; (ii) aumento, em que a IA complementa e melhora o trabalho humano; e (iii) o "grande desconhecido", que representa os empregos cuja trajetória futura permanece incerta perante o desenvolvimento contínuo da IA (Gmyrek, Winkler e Garganta, 2024).

12 GWB (2024).

13 Compreendida como a divisão da sociedade em grupos desconectados, muitas vezes em conflito, com mecanismos de mediação deficitários, como instituições formais, para a resolução de conflitos.

14 Dammert e Sampó (2025).

15 O aumento das temperaturas variou por região, chegando a 1,6 °C no Caribe, 1,8 °C na América Central, 1,4 °C na América do Sul e 1,9 °C no México.

16 Zhao e outros (2021).

17 Hartinger e outros (2024).

18 Gordon-Strachan e outros (2024).

19 Hartinger e outros (2024).

20 FAO e outros (2025).

21 PNUD (2024b).

22 ONU (2022).

23 PNUD e Universidade de Oxford (2024).

Referências

Ahir, Hites; Bloom, Nicholas; e Furceri, Davide. 2022. "The World Uncertainty Index." *National Bureau of Economic Research*, fevereiro de 2022. https://doi.org/10.3386/w29763.

Alkire, Sabina. 2025. "Resilient Human Development: Advancing Human Development amidst Shocks and Crises." *Documento de referência o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano de 2025 Nº 41 da Série de Documentos de Trabalho do PNUD para a ALC*.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2023. "CEPALSTAT Bases de datos y publicaciones estadísticas." statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=1&lang=es.

Dammert, Lucía; e Sampó, Carolina. 2025. "What Do We Know about Organized Crime in Latin America and the Caribbean? Trends, Definitions, and Risks for Democracy." *Documento de referência o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano de 2025 Nº 46 da Série de Documentos de Trabalho do PNUD para a ALC*.

EM-DAT: The Emergency Events Database. 2024. "Base de Datos Global de Información Integral Sobre Desastres." Dados para 1963–2023. https://www.emdat.be.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), OPS (Organização Pan-Americana da Saúde), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e PMA (Programa Mundial de Alimentos). 2015. *70 Años de La FAO (1945–2015).*

Gmyrek, Pawel; Winkler, Hernan; e Garganta, Santiago. 2024. "Buffer or Bottleneck?" Organização Internacional do Trabalho https://doi.org/10.54394/tfzy7681.

Gordon-Strachan, Georgiana M.; Parker, Stephanie Y.; Harewood, Heather C.; Méndez-Lázaro, Pablo A.; Saketa, Salanieta T.; Parchment, Kimalie F.; Walawender, Maria; e outros. 2024. "The 2024 Small Island Developing States Report of the Lancet Countdown on Health and Climate Change." *The Lancet Global Health* 13 (1). https://doi.org/10.1016/s2214-109x(24)00421-2.

GlobalWebIndex (GWI). 2024. "The 2024 Social Media Trends Report." https://www.gwi.com/reports/social.

Hartinger, Stella M.; Palmeiro-Silva, Yasna K.; Llerena-Cayo, Camila; Blanco-Villafuerte, Luciana; Escobar, Luis E.; Diaz, Avriel; Helo-Sarmiento, Juliana; e outros 2024. "The 2023 Latin America Report of the Lancet Countdown on Health and Climate Change: The Imperative for Health-Centred Climate-Resilient Development." *The Lancet Regional Health. Americas*, 100746. https://doi.org/10.1016/j.lana.2024.100746.

LAC Equity Lab. 2024. "Desigualdad - Distribución de Ingresos." *Banco Mundial*. https://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/lac-equity-lab1/income-inequality/income-distribution.

LAPOP Lab. 2025. "Barómetro de Las Américas." Dados (2010–2023). Centro para a Democracia Global, Universidade Vanderbilt. www.vanderbilt.edu/lapop.

Latinobarómetro. 2025. "Base de Datos de Latinobarómetro (2008–2023)." *Latinobarómetro*. Santiago, Chile. http://www.latinobarometro.org/lat.jsp.

López-Calva, Luis F.; e Ortiz-Juarez, Eduardo. 2013. "A Vulnerability Approach to the Definition of the Middle Class." *The Journal of Economic Inequality* 12 (1): 23–47. https://doi.org/10.1007/s10888-012-9240-5.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). 2024a. "Encuesta 'Drivers of Trust in Public Institutions' – Resultados 2024." https://www.oecd.org/en/publications/oecd-survey-on-drivers-of-trust-in-public-institutions--2024-results_9a20554b-en.html.

———. 2024b. "Going Digital Toolkit." https://goingdigital.oecd.org.

ONU (Organização das Nações Unidas). 2022. "Wildfires in Latin America. A Preliminary Analysis, Messages and Resources for RC/UNCT." https://www.undrr.org/media/80887/download?startDownload=20250503.

Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (ONUDD). 2023. "Global Study on Homicide 2023: Homicide and Organized Crime in Latin America and the Caribbean." https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/GSH_2023_LAC_web.pdf.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2024a. "Conexiones Perdidas: Una Revolución Digital Incompleta En América Latina Y El Caribe." https://www.undp.org/es/latin-america/blog/conexiones-perdidas-una-revolucion--digital-incompleta-en-america-latina-y-el-caribe.

———. 2024b. "Quedándonos Secos: Abordando El Estrés Hídrico En América Latina Y El Caribe." 26 de junho de 2024. https://www.undp.org/es/latin-america/blog/quedandonos-secos-abordando-el-estres-hidrico-en-america-latina-y-el-caribe.

———. 2025a. "Atlas de Inteligencia Artificial Para El Desarrollo Humano."

———. 2025b. "Índice de Desenvolvimento Humano." *Relatório de Desenvolvimento Humano* https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI/es.

———. 2025c. "Relatório de Desenvolvimento Humano 2025." https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2025.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e Universidade de Oxford. 2024. "The Peoples' Climate Vote 2024." https://www.undp.org/publications/peoples-climate-vote-2024.

Universidade dos Andes. 2025. "Sistemas de IA En América Latina – Sistemas de Algoritmos Públicos | Universidad de Los Andes." 30 de abril de 2025. https://sistemaspublicos.tech/sistemas-de-ia-en-america-latina.

União Internacional de Telecomunicações (UIT). 2024. "ITU DataHub." https://datahub.itu.int/data.

V-Dem. 2025. "Base de Datos V-Dem Version 15." *Varieties of Democracy*. Dados (2000–2033). https://v-dem.net/data/dataset-archive.

Viollaz, Mariana. 2025. "Diversification of Employment in Latin America and the Caribbean: Gig Employment and Implications for Economic Resilience." *Documento de referência o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano de 2025 Nº 44 da Série de Documentos de Trabalho do PNUD para a ALC*.

www.undp.org/latin-america

www.facebook.com/pnudlac
www.instagram.com/pnudlac
www.linkedin.com/company/pnudlac
www.youtube.com/PNUDLAC
x.com/PNUDLAC

Com o generoso apoio da Cooperação Espanhola

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, UNIÓN EUROPEA Y COOPERACIÓN
aecid
Cooperación Española